

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 6ª  
(SEXTA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL  
PARA DEBATER SOBRE OS 96 ANOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.  
DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido por mim mesmo.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – O Expediente lido vai à publicação.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 37, de 2019, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, dia 14 de fevereiro de 2019, fica transformada em comissão geral para debater sobre os 96 anos da Previdência Social.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Suspenderei a presente sessão, convidando as senhoras e os senhores Deputados, bem como todos os presentes, a participarem desta comissão geral. Autorizo a segurança a orientar as pessoas a ocuparem o plenário da Câmara Legislativa.

Está suspensa a comissão geral.

(Suspensa às 15h05min, a comissão geral é reaberta às 15h15min.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	2

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Convido o pessoal que está sentado mais distante para se sentar aqui, inclusive nas cadeiras que estão reservadas para os Deputados. O pessoal que está na lateral, é bom se sentarem aqui na frente.

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral, para debater os 96 anos da Previdência Social.

Chamo para tomar assento à Mesa os seguintes convidados: Sr. Desembargador Regional do Trabalho da 10ª Região, Grijalbo Fernandes Coutinho; Sr. Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Décio Bruno Lopes; Sr. ex-Deputado Federal, ex-Ministro do Trabalho e da Previdência Social, ex-Ministro da Casa Civil e sindicalista – que ele nunca será ex – Ricardo Berzoini; Sr. ex-Ministro da Previdência Social do Brasil, Carlos Eduardo Gabas; Sr. Representante da Central Única dos Trabalhadores, Julimar Roberto Oliveira Nonato, Sr. Advogado e Assessor Jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG, Evandro José Morello.

Primeiro, quero agradecer a presença de todas e de todos os companheiros que estão aqui. Sei que mais trabalhadores e dirigentes sindicais ainda estão chegando. Nós estamos começando rigorosamente na hora, até porque eu tenho uma prática que é do cumprimento do horário. Portanto, eu estou feliz com a participação de todos vocês.

Acho que todo mundo sabe da ameaça que o Brasil, os trabalhadores, a sociedade corre nesse momento, com essa propalada reforma previdenciária que está sendo implementada pelo governo do capiroto. É um negócio realmente terrível!

Ainda agora eu conversava com o companheiro Ricardo Berzoini e a gente falava das centenas porque não dizer milhares, Dr. Grijalbo, de institutos de previdência que existem (inaudível) de servidores municipais, de servidores sociais, mas também a previdência social. De repente, do nosso ponto de vista, isso será muito bem explanado aqui hoje.

O Ministro Paulo Guedes – que é ministro do presidente capiroto, que é um representante do sistema financeiro especulativo – está apostando tudo nessa questão da Reforma Previdenciária, que, do nosso ponto de vista, não é para salvar a previdência do Brasil, mas para dar mais e mais recursos aos banqueiros.

Eu tenho aqui em mãos e está sendo distribuído a todos vocês um documento produzido pelo José Willemann, que é professor da língua portuguesa e é advogado e consultor legislativo aqui da Câmara Legislativa. Nesse documento ele conta a história da previdência social no Brasil. Muitas vezes as pessoas ouvem falar de previdência e não sabem muito a história dela. O documento é denso, estão sendo distribuídas

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	3

cópias. Espero que depois vocês leiam com bastante atenção porque acho que é um documento que pontua bem a questão da compreensão que devemos ter do sistema previdenciário brasileiro.

#### “DA SEGURIDADE SOCIAL

##### Comentário.

A seguridade social é o moderno sistema de proteção social de todos os brasileiros, de iniciativa dos Poderes Públicos das esferas federal, estadual, distrital e municipal, fundado no princípio da dignidade da pessoa humana (CF/1988, art. 1º, III), com vista a proporcionar serviços que buscam, em última análise, o bem-estar físico e mental de cada brasileiro.

A seguridade social compreende três serviços distintos: a previdência social, a assistência à saúde e a assistência social, que se organizam e se ramificam por diversos segmentos, segundo a finalidade para a qual esses serviços são instituídos.

Na Administração Pública, aplicada aos servidores, a seguridade social proporciona um conjunto de serviços específicos, voltados a garantir-lhes a dignidade do exercício da função pública e uma vida saudável para eles e para seus dependentes. Pela previdência social, o servidor tem direito à aposentadoria; seus dependentes, à pensão. Pela assistência à saúde, o servidor tem o direito de tratar de suas doenças sem prejuízo de sua remuneração (RJU/DF, art. 273), bem como dar assistência aos seus familiares (RJU/DF, art. 134), inclusive com a possibilidade de emprego de recursos públicos na participação do custeio dessas despesas. Pela assistência social, o servidor ou sua família tem o direito a participar de programas específicos patrocinados pelo órgão ou entidade de sua lotação, além dos benefícios próprios da assistência social, como o auxílio-natalidade, o auxílio-funeral, o auxílio-creche e a licença-paternidade (RJU/DF, arts. 96, 97, 101, IV; e 150).

##### História.

A estruturação da seguridade social, tal como concebida atualmente, é fruto da CF/1988 (art. 194 e segg.), que a conceitua como ‘um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.’

A seguridade social, oriunda da lenta evolução das concepções de mundo, ampara-se não mais no conceito romano de justiça de "dar a cada um o que é seu", como decorrência das conquistas de sua vida privada, mas na obrigação da sociedade, por meio do Poder Público, de assegurar a cada um o que ele necessita para viver com dignidade.

O amparo social teve início nas obras de caridade de instituições privadas e que foram aos poucos sendo apoiadas e depois assumidas pelo Poder Público, como é o caso das Santas Casas de Misericórdia, iniciadas em 1498 com a instituição da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa pelo Frei Miguel Contreiras e com o apoio da rainha D. Leonor.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	4

No Brasil, ainda hoje continuam a existir inúmeras santas casas nas mais diversas localidades. A primeira delas parece ter sido fundada na cidade de Santos-SP, em 1543, por Braz Cubas, conforme a Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas.

Na legislação do Império, a CF/1824 (art. 179, XXIV e XXXI) garantia apenas os "socorros públicos", mas não fazia qualquer referência à previdência e assistência social, como também não manifestou qualquer preocupação com a saúde do brasileiro. Impôs, porém, que os princípios liberais do trabalho, cultura, indústria e comércio, embora não pudessem ser proibidos, não podiam ser prejudiciais à saúde dos cidadãos.

Pelo Decreto nº 2.826, de 14/9/1861, foi criada a Caixa Municipal de Beneficência da Corte, para prestar cuidados médicos: a) a todo e qualquer cidadão honesto que, não tendo outra origem de renda além da que lhe provenha do próprio trabalho, se achasse para ele inabilitado..."

Aí vai historiando até a data de hoje, até o ponto a que chegamos com o atual sistema de previdência social existente no Brasil.

O que vemos hoje? É um governo, que talvez desconheça a história, pois quer propor a um trabalhador ou a uma trabalhadora se aposentar aos 65 anos de idade.

Eu pergunto: uma enfermeira – estou vendo a Dayse, que é a Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do DF na minha frente – dá conta de trabalhar com 65 anos de idade? Um rodoviário – vejo ali o Saul – dá conta de ficar puxando um baú aos 65 anos de idade? Um pedreiro? Um operário da construção civil? Uma professora de ensino médio ou de ensino fundamental, aos 65 anos de idade, dentro de uma escola? Um trabalhador rural – eu já fui trabalhador rural e sei o quanto que é penosa essa atividade – dá conta de trabalhar aos 65 anos de idade?

Portanto, é realmente um absurdo o que está sendo proposto.

Este debate hoje é no sentido de esclarecer e preparar os dirigentes sindicais e os demais trabalhadores para o enfrentamento necessário que teremos de fazer.

Quero registrar a presença do Deputado Jorge Vianna, que é sindicalista, e do Deputado Valdelino Barcelos, que também é sindicalista, representando os caminhoneiros. S.Exas. estão aqui interessados em ouvir e, depois, em participar, até para saberem qual o futuro dos caminhoneiros.

Já pensou, Deputado Valdelino Barcelos, um caminhoneiro, aos 65 anos de idade, sem poder se aposentar? Quer dizer, é duro!

Portanto, vamos iniciar a fala dos membros do Mesa.

O primeiro a falar, neste momento, é o nosso Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Sr. Décio Bruno Lopes.

Concedo a palavra ao Sr. Décio, por 15 minutos.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	5

SR. DÉCIO BRUNO LOPES – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Chico Vigilante e agradecer muito o convite que foi efetuado à ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Gostaria de dizer que estou representando o Presidente da Anfip, o Sr. Floriano, que está em outra atividade fora de Brasília.

Debater Previdência Social ou falar sobre Previdência Social é muito instigante e envolvente, mesmo porque a Previdência Social acompanha todo cidadão desde o seu nascimento. Se a gente se reportar aos primórdios da Previdência Social nos termos em que ela foi concebida no Brasil, a gente vai lá para Bismarck, na Alemanha, depois a gente chega à Inglaterra. Lá na Inglaterra havia o Plano Beveridge, pelo qual a Previdência Social protegia os cidadãos do berço ao túmulo. Uma proteção do berço ao túmulo significa que, a partir do momento em que você é concebido, já passa a ter uma proteção do Estado. E a partir do momento em que você nasce, a sua mãe já tem direito ao salário-maternidade, à licença-maternidade. A partir daí, os pais passam a ter direito ao salário-família.

Vejam bem, nós estamos falando em 96 anos de Previdência Social. Noventa e seis anos não são 96 dias. Quando Eloy Chaves resolveu implementar a Previdência, estabelecer ou aprovar uma lei – o Congresso àquela época aprovou a lei que instituiu a Previdência Social –, o objetivo era proteger o trabalhador. Conforme o Deputado já iniciou, com a leitura do trabalho desenvolvido nesta Casa pelo professor José Willemann, isso é bem verdade. A Previdência Social tende a cobrir os riscos sociais. É por isso que o Estado entra, mas a Previdência Social não surgiu de forma pública.

As caixas de aposentadoria e pensão por empresa, e depois os institutos de aposentadoria e pensão por categoria econômica, na verdade não eram entidades públicas, eram entidades privadas, entidades que recebiam os recursos, as contribuições dos trabalhadores, as contribuições da empresa e tinham a gestão dos seus próprios recursos. Os institutos, da mesma forma.

Acontece que, depois, esses institutos foram transformados em um único instituto, o INPS – Instituto Nacional da Previdência Social. A partir daí, a gente verifica que a Previdência Social está em reforma desde que ela nasceu: de caixas de previdência por empresa, de institutos de previdência por categorias, e depois de um único Instituto Nacional de Previdência e Assistência Social – INPS e de uma lei que estabeleceu a Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS, a Lei nº 3.807, de 1960, a melhor lei da Previdência Social que já existiu até hoje no ordenamento jurídico brasileiro. A partir daquela lei, a partir daquele único instituto, que foi o INPS, da junção de todos os outros institutos, nós passamos a ter, então, o SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, que foi o precursor da seguridade social, conforme o Deputado já leu aqui.

Então, senhoras e senhores, a reforma da Previdência Social existe desde que a Previdência iniciou, e não é de agora. Só que a Previdência, conforme ela surgiu, tinha um financiamento triplice, que era dos empregadores, dos trabalhadores e até uma participação do Estado, lá em 1923, que era o aumento das contribuições de

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	6

estradas de ferro que passariam – aquele diferencial, aquele aumento das contribuições, das tarifas – a financiar a caixa de aposentadoria e pensão da época. Dessa forma, a tríplice forma de custeio da Previdência Social desde 1923 era: Estado, trabalhadores e empregadores.

Mas a Previdência teve sempre um financiamento próprio. Esse financiamento próprio da Previdência passou a ser mitigado na Constituição de 1988. O SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social –, conforme nós dissemos, foi o percussor da seguridade social, que é um amplo sistema de proteção social que envolve três áreas: saúde, previdência e assistência social, como um programa amplo de proteção social que não poderia prescindir dos seus princípios específicos, da sua forma de custeio específica. Essa forma de custeio específica prevê, na Constituição de 1988, diversas fontes de financiamento.

Observado o princípio da diversidade de fontes de financiamento, o próprio legislador constituinte já tratou de estabelecer que as fontes de financiamento seriam: folha de salários, faturamento ou receitas, lucros, contribuição do trabalhador, contribuição do importador e também receita de concurso de prognósticos.

Ocorre, senhores, que antes da Constituição de 1988 nós tínhamos a Previdência Social com o seu financiamento. A partir da Constituição de 1988, nós passamos a ter então a seguridade social com a sua forma de financiamento, com a sua diversidade das bases de financiamento.

Então, quando nós falamos de Anfiop, há mais de dez anos ela emite o livro *Análise da Seguridade Social*. Quando da nossa análise, utilizando as informações do próprio SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira – ou do próprio governo, quando nós apuramos um resultado da seguridade social, estamos apurando o resultado da seguridade social, ou seja, do conjunto de formas de financiamento, de fontes de financiamento. Utilizamos todas as receitas da seguridade social conforme estabelecido no art. 195 da Constituição Federal, e o conjunto de despesas também da seguridade social, quais sejam: saúde, previdência e assistência social. Mesmo porque, senhoras e senhores, quando se fala hoje de resultado da seguridade social, de um déficit, de um rombo na seguridade social, o que se apresentam são apenas contribuições incidentes sobre a folha. Ou seja, 20% de contribuição da empresa, mais a contribuição de segurado que é 8, 9, 11%, mas na verdade não é bem isso.

A Emenda Constitucional nº 20, estamos falando da Constituição de 1988, foi a segunda emenda, porque a primeira emenda foi a emenda que estabeleceu que servidor público deveria contribuir para aposentadorias. Depois veio a Emenda Constitucional nº 20, que tratou de reformar tanto o sistema de previdência do servidor, quanto o regime geral de previdência, que é o do INSS.

Nesse contexto verifica-se que essa emenda foi muito importante também, porque ela tratou, como mudaria todo o sistema, de criar duas possibilidades de fundos. O fundo previsto no art. 249, que seria um fundo em adição às receitas para melhoria ou manutenção dos benefícios do regime próprio de previdência dos

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	7

servidores, e o art. 250, que estabeleceu a possibilidade da criação de um fundo em adição aos recursos do regime geral de Previdência Social. Foi dessa forma, só que essas duas previsões são letras mortas na Constituição Federal.

Nada aconteceu até hoje, nenhum projeto de lei foi encaminhado no sentido de estabelecer fundos complementares às receitas, seja do regime próprio, seja do regime geral. Mas essa Emenda nº 20 trouxe a vinculação dos recursos das fontes de custeio, das contribuições incidentes sobre as folhas de salários – seja de empregadores, seja de trabalhadores –, aquelas substitutivas da folha, como possibilidade de que, como vedação, que essas contribuições fossem utilizadas para outras finalidades que não o financiamento dos benefícios da Previdência Social que estão previstos no art. 201 da Constituição.

Dessa forma, a primeira Emenda Constitucional, a nº 20... A primeira, bem geral, foi a número 20. Essa é a que nós dissemos que é a segunda, porque a primeira foi exatamente a instituição da previsão de que a Previdência de servidores públicos fosse mediante contribuição. E a terceira emenda, então, foi a Emenda nº 41; e a quarta emenda foi a nº 47. São emendas estritas de reforma de previdência. E agora a PEC 287, que a gente sabe que está na Casa, está no Congresso Nacional.

Nós não sabemos o que virá na próxima reforma, mas o que a gente sabe é o que toda a imprensa publicou: que a Previdência Social terá um pilar básico. Aquele que não contribuir, pelo que vazou na imprensa...

O que a gente tem conhecimento do que vazou na imprensa é que teríamos um pilar básico, que seria aquele para o qual as pessoas que não contribuírem para a Previdência Social possam receber um mínimo existencial, que é para tirar as pessoas, o cidadão brasileiro da miserabilidade. E, para isso, não haverá obrigatoriedade de ser salário mínimo; um pilar que não sabemos de quantos salários mínimos seria para aquele que contribuir para a Previdência Social. E, acima desse pilar básico seria, então, um pilar mínimo para sair da linha de miserabilidade e chegar na linha de pobreza.

Um pilar que seria um pilar básico da Previdência: aqueles que contribuírem teriam, então, um benefício. Aí, sim, em que o mínimo seria o salário mínimo e que você deveria observar um limite de idade, que não sabe se vai ser de 65, acima de 60, até quando. Mas o que se sabe, o que passou na imprensa, é que seria uma idade mínima crescente. Então, não é uma idade mínima, é uma idade mínima crescente de acordo com a tábua de mortalidade, de acordo com expectativa de vida.

Outra questão com relação à Previdência Social – daquilo que a gente ouviu que parece ser, o que deve sair –, é sobre um regime de capitalização, o que o Governo Fernando Henrique Cardoso já queria da Emenda nº20.

O que significa, então, esse regime de capitalização individual? Se for um regime de capitalização *à la* Chile, nós estamos retrocedendo a 1923, que foi antes da Lei Eloy Chaves de 1924. Por que que estamos dizendo isso? É que, lá no Chile, aquilo foi a melhor proposta de reforma da previdência de todos os tempos e foi indicada

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	8

para todo mundo. Se não tivessem sido os movimentos de classe, os movimentos de trabalhadores, os movimentos da sociedade, de uma forma geral, isso teria sido implantado em 1998, na Emenda Constitucional nº 20, que foi a grande emenda da Constituição Federal para reformar o regime previdenciário. E essa reforma, então, se for *à la* Chile, estamos perdidos.

Como se não bastasse, nós temos aí a reforma trabalhista, uma reforma trabalhista que diminui os recursos da Previdência Social, a partir do momento em que não alterou somente a CLT, alterou também a Lei 8.212, que é o plano de custeio da Previdência Social, no sentido de que diversas verbas que hoje incidem em salário de contribuição, a partir da reforma trabalhista, não mais incidem em salário de contribuição e, portanto, não têm repercussão na sua aposentadoria. Por não incidir contribuição previdenciária, não integra o salário de contribuição e, por consequência, não integra o seu salário de benefício.

Dessa forma, senhores, uma reforma trabalhista que diminui os recursos da Previdência, uma reforma previdenciária de um regime de capitalização que, se for um regime de capitalização *à la* Chile, nós vamos estar retornando a 1923. Por quê? Porque lá no Chile não tinha contribuição de empresa, a contribuição era só do trabalhador. Uma contribuição só dos trabalhadores que iam para empresas privadas administrar tais recursos. Empresas privadas visam lucro, e as taxas de administração são muito altas, de forma que só a sua contribuição administrada por empresa particular vai levá-lo aonde? Quando você estiver na idade de aposentadoria...

Nesse caso, no regime brasileiro, esperamos que, nessa mudança constitucional, o Estado não deixe de proteger seus cidadãos, que o Estado não promova mais o desenvolvimento das empresas ou do mercado do que o do cidadão. Esperamos que o cidadão tenha vez, esperamos que o cidadão tenha condição de vida, dignidade humana, esperamos que essa proposta de previdência não venha trazer ao cidadão brasileiro uma condição, tirando o cidadão abaixo da linha de pobreza, trazendo-o para a linha de pobreza. Esperamos que ela realmente, qualquer que seja o modelo que se implemente, tenha regras específicas, tenha garantia, esperamos que o Estado não abdique da sua função principal de proteger o cidadão, proteger a atividade econômica também. Isso não significa que não se tenha que proteger a atividade econômica, mas uma atividade econômica fora da proteção social, sem ser aliada do desenvolvimento econômico, sem desenvolvimento social, parece não ser a melhor forma de Estado que a Constituição de 1988 previu. Parece que, se houvesse desenvolvimento econômico sem desenvolvimento social, nós estaríamos num eterno retrocesso. E um dos princípios básicos da Constituição Federal, um dos princípios básicos do Direito, é aquele princípio do não retrocesso.

Obrigado, senhores, espero que tenha contribuído de alguma forma. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado pela sua intervenção, realmente muito esclarecedora e muito boa para o que nós queremos: conscientizar os trabalhadores do risco que nós estamos correndo. Para isso precisamos nos movimentar.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	9

Quero convidar para compor a Mesa uma das nossas palestrantes, a companheira Deputada Erika Kokay. (Palmas.)

Quero registrar a presença da Deputada Arlete Sampaio, da bancada do Partido dos Trabalhadores; do companheiro Deputado Fábio Felix, do PSOL; do Deputado Valdelino Barcelos, já comentei; do Deputado Leandro Grass, da REDE. (Palmas.)

Esta sessão está sendo transmitida pela TV Web da Câmara Legislativa do Distrito Federal, está sendo transmitida ao vivo também pela nossa página no Facebook, a página do Chico Vigilante, e transmitida pela equipe de comunicação do Sinttel – Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal, a *Rádio Sinttel* também está transmitindo ao vivo.

Registro a presença do companheiro Brígido Ramos, que é Presidente do Sinttel, que está aqui com toda a diretoria do Sinttel, Luizão e o pessoal todo.

Registro também a presença do Deputado Décio Lima, que foi deputado e é o atual Presidente do PT de Santa Catarina e, pelo que me consta também, foi candidato a governador, não é, Ricardo? Registro a presença da Deputada Estadual de Santa Catarina, Ana Paula Lima – seja bem-vinda, Ana, que está aqui no nosso meio também; muito obrigado, Ana. Estão presentes a companheira Rosilene Corrêa, da diretoria colegiada do Sinpro; o companheiro Cleber, da diretoria colegiada do Sinpro; a companheira Mege, Vice-Presidente da Central Única dos Trabalhadores; o companheiro Brígido Ramos, Presidente da Sinttel; o companheiro Santiago, do Sindicato dos Vigilantes; o Sr. Udson Dias Ferreira, diretor do Sindicato dos Rodoviários; o Sr. Felipe Araújo, Presidente do Sindbombeiros, Sindicato dos Brigadistas do Distrito Federal; o Sr. Pedro Celso, Vice-Presidente do PT-DF, ex-Presidente do Sindicato dos Rodoviários, atualmente aposentado, não é Pedro? – Ainda conseguiu se aposentar; a Sra. Eliana Dias, Diretora do Sindicato dos Rodoviários; o Sr. Pedro Bandão, Diretor do Sindicato dos Rodoviários; D. Maria Isabel Caetano, Presidente do Sindiserviços; a Sra. Isabel Araújo, Diretor do Sindicato dos Rodoviários; a Sra. Lucilândia, Diretora do Sindicato dos Rodoviários; o Sr. Fernando Diniz, Diretor do Sinttel; o Sr. Marcos da Conceição, Diretor do Sindicato dos Vigilantes; o Sr. José Pereira Rios, Diretor do Sinpro. À medida que as pessoas forem falando, vamos registrando mais presenças.

Concedo a palavra, neste momento, ao companheiro Carlos Eduardo Gabas, que poderá falar daqui ou da tribuna.

Peço ao pessoal do som que ligue o microfone da tribuna e conte os 15 minutos.

SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Muito boa tarde aos companheiros e às companheiras, ao Deputado Chico Vigilante – obrigado pelo convite. Eu quero cumprimentar todos os companheiros e todas as companheiras da Mesa. Cumprimentando a Deputada Erika Kokay, minha companheira; a Deputada Arlete Sampaio, também minha companheira. Cumprimento a todos da plateia.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	10

Vou falar bem rapidamente, gente. Eu não vou aqui retomar o histórico da Previdência Social, que já foi muito bem colocado aqui pelo Décio, que já explicou toda a história da Previdência. Eu vou tentar aqui rapidamente falar sobre o que estamos vivendo hoje em relação à Previdência Social.

Primeiro, é preciso ficar muito claro para todos nós aqui que a Previdência não é problema para o País. A Previdência Social não é um fator de atraso para o País, pelo contrário! A Previdência Social brasileira é parte da solução de um grande problema do País, que é a desigualdade social. E todas as vezes – isso não é só no Brasil, é no mundo inteiro –, todas as vezes que existe uma crise econômica, todo mundo fica de olho – principalmente os neoliberais – na Previdência Social. – “Olha, ali nós vamos resolver o nosso problema”. – E começam a inventar coisas! Começam a inventar que a Previdência está falida! Começam a inventar que a Previdência vai paralisar o País!

Eu fiz concurso para a Previdência em 1985 – eu era bancário na época; eu estava muito bem no banco, e meus amigos diziam o seguinte: “Você vai para esse lugar aí? Essa Previdência está quebrada!” – Isso foi em 85. Eu ouvia falar: Oh, a Previdência quebrou, não tem sustentabilidade, não vai conseguir garantir os pagamentos!”. E ela nunca quebrou! E aviso aqui aos neoliberais: ela nunca vai quebrar! A Previdência Social brasileira está estruturada no conceito de seguridade, que tem junto saúde e assistência. Está nos arts. 194 e 195 da Constituição Federal. E ela tem a garantia constitucional de que o seu financiamento será feito pela sociedade como um todo – pelos empregados, pelos empregadores e pelo governo. Portanto, ela tem garantia do governo de que ela vai continuar pagando os benefícios.

E por que eles dizem que ela está quebrada? Por que eles vêm para cima do dinheiro da Previdência Social, que não é pouco? Eu não vou aqui dizer “ah, mas tem superávit, não tem déficit”! Esse conceito de superávit e déficit é equivocado para a Previdência Social. O que nós temos que discutir, o que a sociedade brasileira tem que discutir é o seguinte: qual é o modelo que protege, com justiça, a sociedade? Isto posto, nós temos que buscar os recursos para financiar esse modelo! E isso vem sendo feito!

Como o Décio colocou aqui, o nosso modelo é inspirado num modelo europeu – alemão, lá de Otto Von Bismarck, no século passado, ou retrasado –, mas ele não veio como uma receita de bolo! Ele veio sendo aprimorado. O modelo previdenciário de repartição, que é solidário – que é o nosso –, vem sendo adequado às nossas necessidades! E, para essa adequação, para esse aprimoramento, houve muita reivindicação, houve muita greve, houve muita pancadaria, houve muita gente morta, muita gente presa para que hoje nós tivéssemos o nosso sistema de proteção social, que é um dos melhores do mundo!

Mas o tal do mercado está de olho nessa Previdência Social. O tal de mercado está de olho na quantidade de recursos que ela tem, que garantem o bem-estar de milhões e milhões de trabalhadores e de suas famílias. E é assim que tem que ser.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	11

Então, esse modelo precisa de alguma modificação? Claro que precisa! A sociedade evolui, as regras têm que evoluir junto. – “Ah, então você está dizendo que tem que se fazer uma reforma para retirar direitos? Para restringir direitos?” – Claro que não!

Quando a gente fala que é preciso reorganizar o sistema, fundamentalmente nós estamos falando de fontes de financiamento. A Previdência Social é financiada com o dinheiro da contribuição dos trabalhadores sobre a folha – de 8% a 11% –, dos empregadores, dos patrões – de 20%, aí tem o seguro de acidente de trabalho, que tem uma variação de acordo com a atividade, com o risco e com a incidência de doenças e afastamentos. E há mais outras duas contribuições instituídas pelo constituinte em 88: a Cofins, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, que é sobre o faturamento, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – o próprio nome já diz: é sobre o lucro.

A maior contribuição, a maior fonte de financiamento é ainda sobre a folha de salários. Será que a gente não precisa discutir isso? Só a reforma trabalhista que esses caras passaram no Congresso Nacional, tirando direito dos trabalhadores, precarizando a relação de trabalho, acabando com o contrato de trabalho como a gente conhecia, instituindo algumas formas precárias, como o contrato intermitente – só isso já traz de volta a escravidão no País.

Esse contrato intermitente é escravidão, gente! E a tal da pejetização. As empresas estão deixando de recolher – entre aspas – “legalmente” a Previdência Social! Isso traz um problema, traz um grande desafio!

O que mais hoje pesa na conta da Previdência não são os benefícios que saíram do controle, como eles falam! – “Ah, há um descontrole nos pagamentos dos benefícios!” – Não há! Os benefícios da Previdência têm um crescimento estável! Têm um crescimento vegetativo da ordem de 3% a 3,5% ao ano! Isso não explodiu! Não saiu do controle! O que é que aconteceu então, que, de repente, apareceu um déficit?! É fácil: se a maioria da nossa arrecadação, a maior fonte de financiamento é folha de salários, de 2015 para cá, nós temos 20 milhões de pessoas desempregadas! É uma quantidade de trabalhadoras e trabalhadores fora do mercado de trabalho, ou subempregados, ou na economia informal, que não recolhem Previdência, nem a parte deles e nem a parte das empresas.

Então, tínhamos, até 2015, quase pleno emprego no Brasil. Nós passamos, no início do Governo Presidente Lula, em janeiro de 2003, de 29 milhões de contribuintes para a Previdência para, no final do Governo da Presidente Dilma, 61 milhões de contribuintes. Nós mais que dobramos o número de contribuintes. E incluímos categorias que jamais sonharam em ter direito à proteção previdenciária, como os empreendedores individuais: pipoqueiro, borracheiro, cabelereiro, manicure; gente que o Estado brasileiro não olhava. Incluímos 5,5 milhões de trabalhadores desse seguimento na proteção previdenciária. A dona de casa de baixa renda, nós a incluímos também. Então, a Previdência ampliou o seu leque de proteção.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	12

Nós tínhamos, no Brasil, hoje, com essa quantidade de desempregados não tem mais, mas tínhamos, no Brasil, um dos maiores índices de proteção, de alcance, da Previdência Social para os trabalhadores. E é isso que eles querem destruir! Isso é patrimônio do trabalhador e da família dele! Não se trata de equilibrar a Previdência, gente. Nunca se tratou disso!

Quando o Temer veio para cima, com a PEC nº 287, o objetivo era um só: reduzir a proteção da Previdência pública para ampliar o espaço da Previdência privada, era só isso! Só que a reforma do Temer, ruim para o trabalhador, não propunha mudar o modelo de Previdência Social. O nosso modelo é de repartição, é solidário. O Temer propunha reformas, medidas, mudanças paramétricas, que reduziam direto, que restringiam o acesso, que fazia com que as mulheres e os homens, da cidade e do campo, trabalhassem até a morte sem acesso ao benefício. Essa era a tese da PEC nº 287.

A proposta do Bolsonaro, que vazou aí já pelo jornal *Estadão*, pelas redes sociais, o que já vimos dessa proposta, e o que o Paulo Guedes tem falado... Paulo Guedes e o grupinho de neoliberais que dominam a economia do governo. E temos de ter claro uma coisa: esse grupo de neoliberais, gente, não tem nenhuma preocupação com o povo brasileiro. Nenhuma! Esse grupo de neoliberais quer tomar de assalto a maior política de proteção social que este País já viu na sua história que é a Seguridade Social, especialmente a Previdência. Transformar a Previdência em um produto e colocar na prateleira para aumentar o lucro do capital especulativo. É só isso! Não tem outro motivo! Porque, se tivesse outro motivo, como fizemos no Governo do Presidente Lula e no Governo da Presidenta Dilma, chamasse a sociedade para discutir.

Nós trabalhávamos, no nosso governo, com a seguinte premissa básica: ninguém tem direito de mudar a Previdência sem debate. Por quê? Porque a Previdência alcança todos os seguimentos da sociedade, a Previdência é uma política pública ampla, que protege todo cidadão: o idoso, o jovem, quem está no mercado de trabalho, quem vai entrar no mercado de trabalho. Então, não é possível você propor mudança na Previdência sem debater com a sociedade. Por isso, criamos dois fóruns de discussão sobre Previdência: um em 2006 e um em 2015. E o de 2015 ampliado, Fórum Nacional de Trabalho e Previdência Social. Por quê? Porque a Previdência está diretamente relacionada ao mundo do trabalho. A carteira assinada, o emprego formal, é quem garante arrecadação, massa salarial e contribuições para sustentar a Previdência.

Então, esse debate nós abrimos na sociedade para que trabalhadores, empresários, governo e aposentados pudessem discutir qual é o modelo de Previdência justo, viável, sustentável, que iremos implantar no País. Aprimorar o que está aí para que ele tenha garantia de sustentabilidade. Porque temos desafios na Previdência. Uma coisa que eles falam, uma pequena parte do que eles falam é verdade: a Previdência enfrenta desafios: desafio da transição demográfica, da longevidade. Mas quem disse que, para enfrentar esses desafios, você tem que desmontar o modelo, você tem que entregar a Previdência para o capital especulativo, você tem que acabar

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	13

com a proteção previdenciária? O contrário, é possível ampliar a proteção previdenciária. E como é que a gente faz isso? Rediscutindo principalmente fonte de financiamento.

Há uma quantidade enorme de renúncia previdenciária, de empresas que não pagam a Previdência, inclusive com previsão legal. Por que alguns hospitais não pagam Previdência? Hospitais grandes, até os que tratam Presidente da República e por aí fora. Não pagam a Previdência, não pagam a contribuição previdenciária. Quem decidiu isso? Por que não a pagam? Por que a sociedade brasileira, que contribui para a aposentadoria, tem que bancar uma isenção como essa, uma renúncia fiscal como essa? A exportação de produtos agrícolas são *commodities*. É importante produzir, é importante exportar, mas por que não pagam a Previdência?

No ano passado, nós tivemos mais de 60 bilhões de reais de renúncia previdenciária. Somem-se a esses 60 bilhões a sonegação, os desvios, a parte que empresas retêm do empregado – que é a tal da apropriação indébita, a parte descontada do empregado que elas não pagam. Isso é crime. E eu não vi ninguém até agora falar sobre isso. Ao contrário, o Temer enviou a medida aumentando o tempo de contribuição, restringindo o direito de um lado e perdoando dívida dos outros. Eram dívidas de sonegadores. Temer perdoou quase 300 bilhões de reais de dívidas, de empresários que tinham que pagar a Previdência e não pagaram. Não se tira um privilégio de quem tem privilégio de verdade. Aí eles vêm dizer que a reforma é para acabar com privilégios. O valor médio de todos os benefícios da Previdência Social é R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais). Essas pessoas são privilegiadas? Enquanto isso, distribuição de lucros e dividendos não paga imposto de renda. Existe uma figura contábil chamada distribuição de juros sobre capital próprio, que é uma excrecência. Só existe no Brasil e em mais alguns outros países que não têm relevância nenhuma no mercado mundial. E aqui nós a temos. É você distribuir mais renda para quem já tem renda.

Então, para encurtar a conversa, em que nós precisamos ficar de olho e atentos? O objetivo deste governo não é equilibrar a Previdência, mas privatizar a Previdência. É entregar a Previdência pública para os bancos. Nós não podemos permitir isso. A tal da capitalização individual, de que eles falam que é a solução, é o maior engodo, a maior enganação que existe. Fizeram isso no Chile. O resultado disso é miséria, aumento da desproteção social, aumento do suicídio entre os idosos. Por quê? Porque eles viram um peso para a família. O dinheiro acaba e engorda bancos, financeiras. Isso não serve para o Brasil. O custo de transição é altíssimo. Passa de 7 trilhões de reais para a sociedade o custo de fazer essa transição. Isso é um equívoco. Isso é só para dar dinheiro aos bancos. Não serve para nós. Não serviu para o Chile e não serve para o Brasil. O gozado é que lá na Europa, nos países ditos civilizados, mais avançados, a grande maioria dos países adotaram modelo de repartição com solidariedade. Aqui tem que ser capitalização. Por quê? Porque eles vêm tirar o dinheiro daqui para garantir o bem-estar social das grandes empresas de lá, especialmente dos bancos.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	14

A gente não pode aceitar essa tese. Nós precisamos combater duramente essa proposta de reforma do Bolsonaro. Se ele tivesse mesmo com o objetivo de equilibrar, de encontrar uma saída para a Previdência, chamasse todos para um grande debate, ou as centrais sindicais não têm competência para debater? Ou o movimento social não tem competência para debater?

É exatamente onde eles querem atacar: o direito da trabalhadora rural, do trabalhador rural que produzem 73% do nosso alimento. Desproteger esse trabalhador, essa trabalhadora não é só maldade, é burrice. É atentar contra a nossa segurança alimentar. Eles querem fazer que esse cidadão, esse segurado especial, esse trabalhador da agricultura familiar, fique sem aposentadoria.

Já começaram o ataque na Medida Provisória nº 871, que é um absurdo e que nós temos que combater também. Eu fiz um comentário hoje sobre isso, que essa MP já é o início da reforma, e a gente não está ligado para essas modificações que eles estão propondo.

É preciso que nós tenhamos uma coisa que muitos de nós ou se esqueceram, ou perderam, ou não se lembram o que significa: consciência de classe. O que está em disputa hoje não é equilíbrio da Previdência, não é sustentabilidade – é o Estado brasileiro. Nós temos que nos perguntar todo santo dia para que serve o Estado brasileiro. A quem serve o Estado brasileiro senão para proteger o cidadão, especialmente o mais pobre, senão para garantir políticas sociais que formem um colchão de proteção que garanta o mínimo de dignidade para os trabalhadores e para suas famílias?

O que eles querem é se apropriar dos recursos dos impostos, do orçamento da União. Então, a grande disputa é se o dinheiro dos impostos protege a sociedade ou se o dinheiro dos impostos acumula capital especulativo na mão de quem já tem. Essa é a grande disputa. É isso que tem que estar pautado no nosso dia a dia, no nosso debate, no ônibus, em casa, na família, no fim de semana, na sociedade, no sindicato, no local de trabalho. Nós temos que debater a quem serve o Estado brasileiro e qual é o modelo de proteção social justo para a sociedade, o qual nós construímos ao longo de décadas com o suor, sangue e trabalho de muitos brasileiros e brasileiras, ao longo dos quase cem anos de existência da Previdência Social.

Esse debate está posto, e eu espero que a classe trabalhadora tenha clareza do seu papel nesse embate com este governo fascista, antidemocrático, que só vem para retirar direito dos trabalhadores. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Eu fui informado pelo Dr. Grijalbo que nós estamos aqui, neste plenário, com uma das maiores autoridades em déficit previdenciário, que tem estudos brilhantes publicados que provam que não há esse déficit. Daqui a pouco, ela também vai fazer uma intervenção para a gente. Ela é a Dra. Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida. (Palmas.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	15

Desejo registrar a presença dos seguintes: Sr. Luciano Matos, orientador educacional; Sr. Florismar Vilarindo, Diretor do Sindicato dos Vigilantes; Sra. Maria Elenice Ferreira, técnica em saúde da Secretaria de Saúde; Sra. Maria da Conceição Alves; Sr. Carlos Cirani, Diretor do Sindicato dos Professores; Sra. Dayse, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal; Sr. Valmir Martines, PT/DF; Sr. Marcos Bezerra, Diretor Sindical; Sra. Magali Maria Godinho, da Secretaria de Saúde.

Passo a palavra, agora, com muito prazer, ao nosso Desembargador do Trabalho, Dr. Grijalbo Fernandes Coutinho, que poderá falar daqui ou do plenário. Estão inscritos para falar, depois da exposição da Mesa, também a Deputada Arlete Sampaio e o Deputado Leandro Grass.

SR. GRIJALBO FERNANDES COUTINHO – Vou falar daqui mesmo, Deputado.

Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar o Deputado Chico Vigilante pela organização de um ato tão importante, como outros que foram realizados nos últimos tempos aqui, Deputado Chico Vigilante, para discutir questões que atormentam a sociedade brasileira. Na sua pessoa eu cumprimento todos os integrantes da Mesa. Cumprimento os senhores e as senhoras sindicalistas, os senhores Deputados e as senhoras Deputadas e finalmente todos a que aqui se dirigiram.

Deputado Chico Vigilante, na verdade, eu poderia ficar aqui somente para assistir, já que estou diante de grandes especialistas no assunto de seguridade e previdência social. A minha atuação é há mais de trinta anos na Justiça do Trabalho, lidando com Direito Constitucional do Trabalho, com Direito do Trabalho, mas é evidente que nós temos na interdisciplinariedade um diálogo permanente com a Previdência Social. Afinal, a Previdência Social está integrada ao trabalho. Ela só é forte como ela é, ao longo de sua história, por conta do trabalho humano e das contribuições dos trabalhadores. Então, eu poderia perfeitamente ficar aqui só para assistir. Por isso vou falar mais de generalidades, porque eu estou aqui, na minha compreensão, com grandes autoridades do assunto. Aqui ao meu lado, o Deputado Ricardo Berzoini, Ministro da Previdência, estudioso do assunto; o Dr. Carlos Gabas, que tem escrito, falado o tempo todo sobre reforma da Previdência e foi secretário e ministro também. Temos vários sindicalistas ou integrantes das carreiras da Previdência, da ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social especialmente. E, por último, alguém que não está aqui nesta mesa formal, mas que eu dizia ao Deputado Chico Vigilante que, para mim, é a maior autoridade no assunto no Brasil sobre Previdência: a professora Maria Lúcia Fattorelli, cujos estudos são citados, replicados, discutidos, debatidos nos mais diversos segmentos, tanto em relação ao mito do déficit da Previdência quanto ao mito da dívida pública.

Pois bem, a partir desse contexto, eu quero apenas – já foi historiado, e muito bem, o nascimento e a trajetória da Previdência Social – pontuar que isso se insere, a Previdência Social, a seguridade social como um todo, em uma das conquistas mais relevantes para qualquer nação que se diz democrática. A Previdência Social não é algo que foi dado, mas é algo que foi construído durante – se nós pegássemos aqui desde as primeiras caixas da Previdência – mais de um século, fruto da luta e da

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	16

organização do povo brasileiro, no que se refere ao nosso sistema de seguridade. Nada foi dado, porque uma nação efetivamente não pode se dizer democrática se ela não tem um regime de Previdência, se ela não tem Previdência para oferecer às pessoas, especialmente às pessoas na velhice ou em enfermidades e em vários momentos delicados.

Nesse sentido, ao longo de tanto tempo, talvez a Constituição de 1988 seja, de fato, com todos os seus problemas... Eu tenho uma análise de que a Constituição de 1988 é uma constituição construída para significar o rompimento com os tempos duros da ditadura militar. Ela é uma constituição com uma participação popular, mas é uma constituição também que tem os seus déficits de democracia, o que é normal na democracia formal burguesa. Mas, no campo da Previdência, ela é extremamente avançada em assegurar direitos humanos, porque nós temos que compreender os direitos da seguridade social dentro da compreensão do que são direitos humanos: direitos econômicos, sociais e culturais que não demandavam nenhuma legislação específica para dizer que são direitos humanos, porque, sob uma perspectiva filosófica ou sob uma perspectiva de crítica da ciência política, não há dignidade humana se todas as pessoas não puderem ascender igualmente aos bens materiais e imateriais da vida. Então, nesse sentido, não precisaria nem de uma normatização. Mas a Constituição de 1988 é muito rica no sentido de compreender os direitos da seguridade social como direitos humanos, que, portanto, não podem, por força das contingências políticas e dos retrocessos, ser retirados para satisfazer o mercado financeiro.

E não há nenhuma dúvida no sentido de que há uma propaganda extensiva, não só agora, mas nos últimos 20 anos, 25 anos com mais intensidade, porque a Constituição de 1988 é nascida de um processo constituinte para romper com o arbítrio. A Constituição de 1988, como qualquer processo constituinte, é uma multidão, mas, quando a multidão não reage, esses pilares da Constituição começam a ser desmontados sistematicamente.

Nós temos um ator invisível, dos últimos anos, que é o ator que pauta a sociedade, a sociedade de mercado, que é exatamente o mercado financeiro. Ora, o mercado financeiro fica nervoso e diz que haverá uma crise se não se fizer uma reforma da Previdência, se a Previdência não for alterada profundamente. Foi assim em 1995, com a proposta que virou a Emenda Constitucional nº 20; em 1998, foi assim também, em alguma medida; em 2003, no que resultou na Emenda Constitucional nº 41, e logo em seguida na 47; e, hoje, nos últimos dois, três anos, não se fala em outra coisa. Eu escrevi sobre isso em alguns momentos, que esse é um debate que não se esgota. Sempre que o mercado financeiro acha que tem condições políticas para promover as suas – entre aspas – reformas, o discurso se repete sistematicamente.

Dr. Gabas, não temos dúvidas de que algumas anomalias poderiam existir no sistema, em relação, muitas vezes, a aposentadorias de gente muito jovem, com quarenta e poucos anos, especialmente no serviço público. Nas carreiras estratégicas de Estado, eu vi Magistrados se aposentarem com 43, 44 anos, com integralidade e paridade. Isso não é razoável com o sistema e, principalmente, com a grande massa

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	17

de trabalhadores que começa informalmente aos 14, 15 anos de idade, sem recolhimento previdenciário. Então, eu não tiro o mérito de aspectos que devem ser levados em consideração, especialmente, para os segmentos mais privilegiados do serviço público, que se aposentava, algum tempo atrás, com 40, 42, 43, 48 anos de idade. Isso é injustificável.

Mas o que se pretende, na verdade, hoje, agora com a proposta e com essa que já foi anunciada, Deputado Chico Vigilante, não é reformar a Previdência, o que se pretende é dilacerar, acabar com o sistema de previdência no Brasil, com dois propósitos muito evidentes que já foram aqui apontados, que eu apenas indicaria de modo ainda mais preciso, desse mercado que fica agitado, esse mercado que não tem controle, esse mercado cujos representantes vão à grande imprensa – que é um apêndice do sistema financeiro – dizer que o país quebra, que amanhã vai ter uma crise na bolsa, que amanhã o país entra em bancarrota se não se fizer a reforma.

Ora, são os interessados do fim do regime público. Interessados por duas razões: a primeira, de maneira muito evidente, se quer diminuir, acabar com as aposentadorias e pensões, por uma briga de dinheiro, por dinheiro, no orçamento público – esse dinheiro, para ser destinado ao mercado e aos seus rentistas. Então, se quer dinheiro para exatamente pagar quem vive confortavelmente de rendimentos do mercado financeiro.

Em segundo lugar, e não menos relevante, na verdade como tarefa complementar a essa, é uma briga pela privatização do sistema porque, especialmente no serviço público, isso vai atrair contribuições que podem ser generosas. Os trabalhadores não vão poder contribuir com esse sistema dos bancos, vão entrar no regime de capitalização, que acaba sendo uma contribuição para os bancos.

Portanto, é preciso ter claro qual é o propósito: na verdade, o mercado financeiro, pelos seus agentes, quer porque quer acabar com o sistema de previdência pública no Brasil, deixar aqueles que ainda não se aposentaram a toda sorte de iniquidades, com aposentadorias e pensões baixíssimas, e deixar para os novos a loteria do sistema financeiro e da quebra de fundos de previdência e dos bancos.

Portanto, a proposta que circulou, que deve na verdade ser esta, é uma tragédia! Ela não é uma proposta de reforma da Previdência, é uma proposta que dizima tudo. Entre tantos, todo mundo falou do absurdo dos 65 anos, um absurdo esses 65 anos, especialmente para os trabalhadores mais humildes. Imaginem um país como o Brasil, de uma forte tradição escravocrata, colonial, patriarcal, em que as mulheres, na sociedade brasileira, historicamente, foram discriminadas, oprimidas, submetidas às condições mais adversas até hoje, uma sociedade brasileira em que o mercado de trabalho é muito mais contido para as mulheres, em que a mulher, na sociedade patriarcal tradicional, tem múltiplas tarefas fora do mercado de trabalho, com todas as dificuldades de acessar o mercado de trabalho. E aí se fala em estabelecer igualdade de tempo de contribuição e de idade para homens e mulheres! Isso é um acinte, dadas as desigualdades históricas da sociedade brasileira entre homens e mulheres! É um acinte! (Palmas.) Isso é desprezar, rasgar a história, nós

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	18

devemos romper com todos os preconceitos, devemos eliminar todas as anomalias, as assimetrias, mas nós não podemos deixar de reconhecer a desigualdade histórica que ainda se faz viva até hoje entre homens e mulheres.

Além disso, isso também já foi colocado, um dos problemas da Previdência é que fizeram uma reforma trabalhista, Deputado Chico Vigilante, que não foi uma reforma, foi uma dizimação de direitos sociais. Eu espero que os trabalhadores reajam e consigam mudar, espero que o Poder Judiciário cumpra o seu papel e diga que essa Reforma Trabalhista é inconstitucional no seu todo. (Palmas.) Não é Reforma Trabalhista, é definitivamente – e nós já estamos, Deputada Erika Kokay, colhendo os primeiros resultados – uma reforma que vai liquidar com o mercado de trabalho formal, é uma reforma que estimula o contrato intermitente, Dr. Gabas, mas é uma reforma também que fala em vários momentos que não há relação de emprego quando há relação de emprego; que diz que aqueles trabalhadores que estão em determinadas condições não são empregados, em vários momentos. É uma Reforma Trabalhista que diz o seguinte: o trabalhador tem que trabalhar 12, 14 horas – teremos que voltar à Segunda Revolução Industrial – e em nenhum dos casos ele nem tem sequer direito a horas extras. A reforma é exaustiva nesse sentido, ao falar em jornadas longas, prolongadas, por imposições individuais, sem negociação coletiva, e mesmo assim há banco de horas, há isso e aquilo – nunca há pagamento de hora extra! É esta a reforma, que não é reforma, que se propõe, que foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2017.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vou conceder mais cinco minutos ao Dr. Grijalbo pela brilhante exposição que ele está fazendo.

SR. GRIJALBO FERNANDES COUTINHO – Vou respeitar o tempo.

Nos últimos anos, nós não tivemos um número tão baixo de formalização no Brasil, com 32 milhões de carteiras anotadas. É o número mais baixo dos últimos anos. Milhões e milhões de empregos formais foram perdidos nos últimos anos. Alguns empregos informais miseráveis foram criados e isso entra na taxa de emprego. Mas são trabalhadores que não têm carteira assinada, que não têm férias, que não têm décimo terceiro, que não contribuem para a Previdência, que estão sujeitos a mortes e mutilações no trabalho. É a terceirização desenfreada. Portanto, é o caos que se pretende.

Os senhores do mercado financeiro devem estar rindo de orelha a orelha, porque sabem que vai sobrar dinheiro para o rentismo, que vai entrar dinheiro para as contribuições. Sabem de igual modo que, lamentavelmente, se o quadro não for alterado, essa informalidade vai aumentar e aí o sistema previdenciário vai sentir, porque o sistema previdenciário vive de contribuições.

Então, a terceirização ampliada como se pretende... Nós sabemos o que é terceirização: é precarização, é rebaixamento de salários, são mortes e mutilações.

O quadro de ofensa aos direitos humanos, eu confesso que nunca vi nada tão acentuado desde o final da ditadura militar. Nós vivemos o momento mais adverso.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	19

Nós vivemos, na verdade, uma contrarrevolução no Brasil de tentativa de dilacerar direitos sociais sem dó nem piedade. Esse é o quadro que se apresenta no Brasil.

O Poder Judiciário tem um papel importante de fazer valer a Constituição, de fazer valer os direitos fundamentais, de fazer valer os direitos humanos, de não permitir o retrocesso que é um princípio do direito, o princípio da proibição do retrocesso social, de não permitir que sequer cláusulas como essas que acabam com o regime de previdência, portanto, que atingem cláusulas pétreas dos direitos e garantias fundamentais do art. 60 da Constituição, sigam adiante!

Mas eu sou realista: essa é uma tarefa principal dos senhores, dos afetados nessa maré, nesse jogo político desfavorável aos setores explorados e espoliados da sociedade brasileira. Só grandes movimentos como este e outros podem mudar o curso de um caminho que se revela, nesse momento, tormentoso para os direitos humanos no Brasil.

Deputado Chico Vigilante, eu concluiria dizendo, pois eu iria falar muito mais, que as pessoas não precisam ser sequer de esquerda, não precisam ser sequer progressistas – progressistas sim –, mas as pessoas que têm zelo pelos direitos humanos no Brasil não devem cruzar os braços; devem fazer valer os princípios normatizados ou não que possam respeitar a vida digna em sociedade.

A vida digna em sociedade não será sem Previdência, sem direito do trabalho e sem respeito aos direitos humanos conquistados por processos contínuos de luta.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Dr. Grijalbo.

O Dr. Grijalbo é desembargador do trabalho da ativa. Ele tem participado de quase todas de nossas atividades. Mais uma vez, eu posso dizer aos senhores e às senhoras aqui presentes que ele está disponível para qualquer debate que os sindicatos queiram realizar. Se chamar, o Dr. Grijalbo irá lá e com um detalhe: ele não cobra. (Palmas.)

Portanto, é reconfortante ver um posicionamento.

Quero registrar a presença do Deputado Reginaldo Sardinha e da Deputada Júlia Lucy. Júlia é uma menina brilhante.

Concedo a palavra ao Advogado e Assessor Jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG, Sr. Evandro José Morello.

SR. EVANDRO JOSÉ MORELLO – Boa tarde a todos e a todas. Eu queria inicialmente agradecer o convite em nome do Presidente da Contag, Aristides Veras dos Santos, e de toda a diretoria agradecer ao Deputado Chico Vigilante o convite. Em nome do Deputado Chico Vigilante e da companheira Deputada Federal Erika Kokay, quero cumprimentar todos os integrantes da Mesa, Sras. e Srs. Deputados e todos aqui presentes.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	20

Eu quero registrar que é muito importante esse espaço para a gente fazer um debate, inclusive, abordando a discussão da Previdência Rural, porque a Previdência Rural nesse debate de reforma é colocada como bode expiatória do processo. Nem se tem, muitas vezes, uma compreensão clara do que significa a Previdência Rural em termos do que já foi bem mencionado pelo nosso Ex-Ministro Gabas, da importância da política de Previdência para a distribuição de renda neste País, do que significa a Previdência Social para a permanência, inclusive, das famílias no campo.

O histórico da Previdência Rural se mostra em dois momentos. Primeiro, antes da Constituição Federal de 88. Na verdade, não havia bem um regime de previdência. Nós tínhamos um sistema antigo, o PRORURAL – Programa de Assistência Rural e o FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural, que garantia um benefício de meio salário-mínimo ao arrimo de família, mas que foi muito importante lá na década de 70 para a agregação inclusive da unidade familiar, para a luta dos camponeses, para a manutenção das pessoas dentro do processo produtivo. Mas de 88 para cá houve um grande avanço, quando se integraram os trabalhadores rurais ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Nós podemos dizer que aconteceu uma revolução no campo. Em que sentido foi essa revolução?

Sem a Previdência Rural, provavelmente, muitos municípios do Brasil não existiriam hoje ou não haveria sustentação, o comércio não existiria. O recurso que entra da Previdência Rural em mais de 3.800 municípios do Brasil é maior do que o município recebe de FPM – Fundo de Participação dos Municípios, o dinheiro que circula no comércio local. Isso faz a economia girar. Os benefícios previdenciários na área rural são a forma de distribuir renda entre os municípios do Brasil, porque saem recursos da arrecadação dos grandes centros, onde estão as grandes empresas, para pagar um benefício no interior do Amazonas, no interior do Nordeste. Isso é fazer distribuição de renda, é manter desenvolvimento no País.

Então, nós estamos falando de uma política que é estratégica para a sociedade, ela é estratégica para o desenvolvimento do País, ela é estratégica para distribuir renda, para fazer justiça social.

Nós estamos muito preocupados com a discussão, que já vinha desde a época da proposta da reforma do Temer, e que agora volta com uma ideia de mudar drasticamente as regras de um sistema. A nosso ver, a Medida Provisória nº 871, que já está no Congresso, já é o princípio de um desmonte de um sistema de proteção muito eficiente e muito efetivo. E digo por quê.

Na agricultura familiar, hoje há em torno de 4 milhões e 800 mil pequenas propriedades, que nós chamamos de propriedades com até quatro módulos rurais. São pequenos imóveis que agregam a média de quatro pessoas por família no processo produtivo. Em torno de 60% dessas unidades produtivas familiares, a renda líquida anual do grupo familiar fica abaixo dos R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Ou seja, não é que as pessoas gostem de ser pobres. Aqui vale uma reflexão. Nós que estamos na cidade gostamos de ter um cafezinho à mesa, um pão, um tomate. Gostamos de ter uma comida saudável na mesa. A que custo nós comemos, para quem

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	21

está lá no campo produzindo? A que custo nós comemos? Porque é o seguinte: se não tiver uma política de proteção social eficiente, o homem não fica no campo. As famílias não vão ficar no campo, vão encher mais as cidades. O custo é muito mais caro, Deputado Chico Vigilante. A sociedade vai pagar um preço muito mais caro, se não tiver uma política eficiente que olhe essa realidade. O preço do produto agrícola, quando sobe, todos nós reclamamos. O leite sobe, o tomate sobe, é uma chiadeira geral! Gera inflação!

Como é que o trabalhador fica no campo, se ele não consegue vender o seu produto a um preço digno e não tem nenhum tipo de proteção para ele continuar a produzir alimentos? Como é que nós vamos fazer? Os países europeus, os Estados Unidos já têm um índice de evasão, de êxodo rural, absurdo. Claro, tem sistema de produção de alimentos, mas a qualidade, aquilo que bem novamente disse o ex-Ministro Gaba, a qualidade, a segurança alimentar da sociedade tem que ser pensada. A Previdência é uma política estratégica para isso. O que a gente escuta falar sobre a reforma é olhar a Previdência sob o ponto de vista técnico do seguro. "Precisa ter contribuição, precisa disso para manter o sistema". É uma opção de sociedade. E, muitas vezes, há quem faça muitas críticas à Previdência rural, porque o trabalhador rural consegue acessar o benefício de um salário mínimo... No caso da mulher, Deputada Erika Kokay, depois, no mínimo, de 42, 43 anos de trabalho, ela chega aos 55 anos para almejar uma aposentadoria de um salário mínimo. E, no caso do homem, depois de 47, 48 anos de trabalho, aos 60 anos, ele pode almejar uma aposentadoria de um salário mínimo.

Esse benefício gera uma transformação enorme na área. Por quê? Em torno de um aposentado rural, tem mais três, quatro membros da família. Você pega um período de calamidade, ou de emergência, de seca, se não tivesse uma renda naquela família, todos migrariam para fora. O exemplo está no Nordeste. Quantas famílias teriam deixado a região do Nordeste, se não tivesse a Previdência amparando aquele grupo familiar? Eu estive recentemente em uma reunião com o Secretário Rogério Marinho, discutindo um pouco a questão da reforma, e ele veio retratar que reconhece a importância dessa política, lembrando que, na década de 80, ocorriam saques, na região Nordeste, nos armazéns, nas estradas, porque as pessoas não tinham o que comer. E não havia política, à época, que protegesse minimamente as famílias. Deixou de existir com a Previdência rural e outros benefícios sociais. Não tem isso, a gente não vê mais isso.

Então, a Previdência gera esse ponto de equilíbrio social, de convivência. Eu digo o seguinte: a melhor forma de a gente pensar o que significa a Previdência, é olhar para a família da gente. Você tem um pai, uma mãe, um irmão incapacitado de trabalho. Imagine essa pessoa sem nenhuma perspectiva de renda. Aí tem os filhos, os irmãos e tal que precisam cuidar dessa pessoa. Você sabe que isso é um processo de desagregação familiar? Quem tem família e vive dessa forma começa a ter os conflitos familiares. Então, tem todo um histórico que é estratégico para a gente avaliar.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	22

Nós estamos chegando à seguinte conclusão: a proposta que está no Congresso, Deputado, e a gente vai contar muito, claro, com o apoio de todas as nossas bancadas que representam os trabalhadores... O governo está fazendo já uma minirreforma pelo simples fato de começar a exigir o recolhimento de contribuição dos agricultores familiares sobre a venda da produção já a partir do ano que vem. O que significa isso? Nós, e eu acho que aí sim, precisamos lutar por um sistema para aperfeiçoar as regras dele, inclusive as regras de arrecadação da contribuição na área rural. Existe uma evasão enorme de recursos que saem sobre a venda da produção que não é recolhida pelo sistema. E nunca o governo teve o interesse... A gente propôs isso ao Temer. Mesmo na época do governo do PT. Poderíamos talvez até ter aprimorado, dado alguns passos nesse processo, mas há uma dificuldade porque as bancadas dentro do Congresso se negam a fazer isso. A Bancada Ruralista não aceita, por exemplo, que você aprimore as regras de arrecadação sobre a venda da produção rural, porque efetivamente vão ter que recolher para o sistema. A evasão é muito grande de recursos.

Então, há uma discussão que nós precisamos, sim, ter coragem de discutir. É preciso aprimorar regras do sistema? É. E podemos dar a nossa contribuição. O que não se pode é querer exigir contribuição, critérios contributivos, de quem tem baixa capacidade contributiva para se manter. A gente fala muito da Previdência, que não é possível... A gente não pode esquecer que esse modelo que tem no Brasil de ampla proteção só é possível por causa de um sistema de seguridade social, porque tem outras fontes. Não dá para falar em Previdência rural, se não existirem as outras fontes de arrecadação, como foi bem citado aqui: contribuição sobre o lucro, a Cofins... Dizem que tem o déficit, agora, o Decreto 9.699 do nosso Presidente designou 600 bilhões de reais da seguridade social para estados, municípios e para diversos órgãos da União. Onde está, então, o furo desse sistema, se tem recursos que podem ser distribuídos?

Nós nunca discutimos a sério o orçamento da seguridade social, o modelo de gestão mais eficiente do orçamento da seguridade social. Sempre ficou um critério de a DRU – Desvinculação das Receitas da União e outros mecanismos de desvinculação dar margem para o Estado pegar esse recurso e fazer o que ele bem quiser, como está sendo feito agora, e jogar nas costas dos trabalhadores a forma obrigatória de criar um mecanismo de contribuição.

O que precisamos fazer? No caso da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, nós já começamos a discutir processo de mobilização. Não tem jeito. Nós enfrentamos... O Temer, quando colocou na reforma dele, em 2016, e nós vimos que eles queriam criar uma contribuição individualizada para a área rural... Criar uma contribuição individual para cada agricultor familiar pagar significa, no mínimo, excluir 80% da população rural dessa proteção, ficar sem proteção nenhuma. Quando começou a fazer isso, fomos para um processo de mobilização e começamos a articular lá no município. Começamos a conversar com o vereador, com o prefeito... “Olha aqui, meu amigo, se isso passar, esquece a vida de vocês, o comércio local fecha, vai parar tudo”. E vai acontecer de novo agora. Se essa reforma for andar da forma como eles

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	23

estão propondo... Eu escutei vários prefeitos falarem: "Se isso passar, o meu município vai deixar de existir, vai voltar a ser distrito. Não tem como se sustentar".

Eu acho que é uma discussão de cunho amplo, estratégico, para a sociedade pensar e discutir. É claro que cada um de nós olha um pouco a sua situação individual, mas Previdência é um processo de visão coletiva, de vida em sociedade. Sem ela não há estabilidade, não há segurança social. Há uma desagregação que vai se intensificando ao longo do tempo, e nós vamos vendo um processo de fragilização em torno daquilo que mais precisamos, que é buscar a paz social, a harmonia social.

Então, nós estamos olhando um pouco o processo do que já está acontecendo agora. Achamos que a própria Medida Provisória 871 pode levar a um processo que... Se o governo conseguir aprová-la, não precisa mandar nenhuma proposta de PEC incluindo os rurais. Se ele conseguir passar a Medida Provisória que está aí, a 871, nos termos em que ela está proposta... A gente falou isso para o governo: "Vocês estão de boa intenção com isso ou de má intenção?" "Não, mas por quê?" Porque a reforma do rural já está toda aí dentro. Ela é maldosa por si só, só mexendo nas regras por lei ordinária, não precisa nem mexer em idade, porque ela cria uma dificuldade enorme de acesso do trabalhador à proteção previdenciária. Ela exclui esse trabalhador de qualquer possibilidade.

Um exemplo que a gente viu lá: quando ele diz que, se você não conseguir fazer uma atualização cadastral anual, tem que ter uma nota de venda da produção... Nós não temos os estados e a União com o sistema integrado hoje para permitir que o agricultor possa formalizar a sua venda da produção. Salvo os estados da região Centro-Sul, é possível você ir lá e ver o Estado normatizando, dando condições de o agricultor ir lá e formalizar a sua venda, vender o seu queijo, vender a sua banana, vender o leite, formalizar essa venda.

A maior parte dos estados não estruturou o sistema para isso. Por aí já se consegue perceber que há uma necessidade, sim, de discutir muito o aprimoramento, inclusive a gente depende dessas regras que vão aprimorar regras de recolhimento do sistema. Aqui mesmo no Distrito Federal o Governo do Distrito Federal pode doar boa contribuição, os Parlamentares aqui inclusive, se olharmos uma forma que ajude a melhorar a formalização da agricultura familiar do Entorno para que ela possa efetivamente emitir a sua nota. Agora, não dá para individualizar contribuição para cada membro da família. Essa nota de venda da produção tem que ser um mecanismo que proteja todo o grupo familiar, esse é um ponto crucial para a gente. É preciso que não se meça o direito do trabalhador a receber o benefício de um salário mínimo pelo valor da contribuição individual que ele tem que pagar. Isso é impossível, você exclui a maioria dos agricultores!

Nós podemos caminhar num processo de inclusão, de aperfeiçoamento do sistema sem, contudo, excluir direitos, excluir as possibilidades de ter um mínimo de proteção. É isso, muito obrigado. (Palmas.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	24

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Brilhante exposição. Terminou na hora.

Quero registrar a presença do Sr. Orlando Ribeiro, que é do bloco carnavalesco Vilões da Vila; da Sra. Silvia Canabrava, diretora do SINPRO – Sindicato dos Professores; da Sra. Thais Romanele; da Sra. Maria da Conceição Alves, deficiente; da Sra. Rosângela Rosa, diretora da executiva colegiada do STIU – Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal; do Sr. Fábio Medeiros, presidente do SINDETRAN – Sindicato dos Trabalhadores em Atividades de Trânsito, Policiamento e Fiscalização de Trânsito das Empresas e Autarquias do Distrito Federal; do Sr. Reinaldo Souza de Moraes, Sindicato dos Rodoviários; da Sra. Conceição Costa, diretora da FETEC – Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro-Norte; do Sr. Reinaldo Alves de Moraes, diretor do Sindicato dos Rodoviários; da Sra. Denize Santos Soares, diretora da mulheres da UNE – União Nacional dos Estudantes; do Sr. Antônio de Pádua Lemos, diretor do SindiServiços – Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal; do Sr. Luiz Carlos Torres, diretor da FITRATELP – Federação Interestadual dos Trabalhadores e Pesquisadores em Serviços de Telecomunicações e do Sr. Vinícius Rocha, dentista.

Quero registrar a presença muito ilustre também da minha esposa, que está ali, D. Lindalva, acompanhando de perto e com um medo danado de não conseguir se aposentar. Ela está ao lado de um grande homem. Na verdade, a Lindalva sempre esteve na minha frente.

Passo a palavra agora a uma grande mulher também, por 15 minutos, à companheira Erika Kokay.

SRA. ERIKA KOKAY – Começo parabenizando o Deputado Chico Vigilante pela oportunidade desta discussão neste momento.

Nós estamos vivenciando um dos ataques mais profundos aos direitos da classe trabalhadora e do povo brasileiro. Eu queria, portanto, parabenizar o Deputado Chico Vigilante e saudar os componentes da Mesa, saudar a nossa querida Deputada Arlete Sampaio, que aqui está e que sempre esteve do lado da defesa dos direitos.

Nós estamos vivenciando uma reforma da Previdência que não sabemos direito qual é. Trata-se de uma reforma cheia de balões de ensaio. Eles jogam uma proposição, depois recuam, depois jogam, e você não sabe ainda qual é a reforma da Previdência que nós vamos enfrentar no próximo período. Mas, de sorte, nós temos uma convicção de que eles querem primeiro estabelecer uma idade mínima, ao mesmo tempo aumentar o tempo de contribuição e mexer com as aposentadorias que já estão asseguradas, instituídas. E nesse sentido o Gabas tem razão, a crueldade é muito mais profunda, o novo regime de capitalização, se for aquele implementado no Chile, é um regime que evita a dignidade durante o período de aposentadoria da classe trabalhadora.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	25

O que estamos vendo no Chile... É engraçado porque o Chile foi a ditadura mais sangrenta da América Latina, mas, recentemente, recebeu um elogio do Ministro da Economia. O Ministro da Economia disse que o Pinochet tinha transformado o Chile numa Suíça, ou seja, fez uma revolução e deu condições de vida ao povo chileno. Ele está se esquecendo das milhares de pessoas, milhares de oponentes do regime militar e democratas que foram mortos no Chile, ou seja, a gente não considera e não conta a ferocidade de uma ditadura pelos corpos que ela deixa, mas inegavelmente por quanto ela ficou na nossa contemporaneidade. Um dos aspectos que mais arranca a dignidade humana do processo e durante o governo Pinochet foi exatamente o regime de capitalização da previdência, em que as pessoas contribuíam para que pudessem ter no momento da aposentadoria, uma poupança que se mostrou absolutamente insuficiente para manter as condições de vida. Por isso, há uma taxa de suicídio entre a população idosa no Chile de 17%, quando a média da taxa de suicídio é de menos de 10%. É quase o dobro a taxa de suicídio de idosos no Chile porque as pessoas chegam ao final da vida para se aposentar e muitas vezes vão ter uma aposentadoria que é inferior ao próprio salário-mínimo.

A classe trabalhadora precisa entender o que representa de fato a capitalização, em que o estado sai de um processo de contribuição para a aposentadoria. A seguridade social, incluindo a assistência à saúde, a previdência é um dos mais profundos processos de proteção social que nós temos no Brasil, e quando a gente fala em previdência, não estamos falando só de aposentadoria, estamos falando do salário-maternidade, do auxílio doença, estamos falando do auxílio reclusão, estamos falando de uma série de benefícios que são dados ao trabalhador quando ele, por algum motivo, fica impedido de exercer a atividade laboral e isso tudo passa a ser objeto de uma poupança firmada pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras.

Se você olhar a Noruega... Quando a Noruega descobriu petróleo, ela saiu dos menores IDHs de toda a Europa para um dos maiores índices de desenvolvimento humano. E no Brasil nós descobrimos uma reserva de petróleo, o Pré-sal, que é uma reserva que vai do Nordeste até o Rio Grande do Sul e que está sendo entregue para a Shell, para Esso, para grandes petrolíferas internacionais, muitas vezes, com isenção de impostos. Mas a Noruega contribui com o regime, com a aposentadoria em mais de 70%. Essa é a contribuição do estado.

Se você pinçar os países mais ricos do mundo, vamos ver que a contribuição em média é 30%, mas querem retirar o estado de um processo de proteção social e de contribuição para a seguridade social.

Por isso, eu concordo com o Gabas, o conceito de déficit não se aplica. Nós vamos falar que há um déficit na saúde? Nós vamos falar que há déficit na educação e que, portanto, porque há déficit na educação, nós vamos excluir uma parte do povo brasileiro de ter acesso à universalização da educação? São políticas públicas que precisam ser financiadas pelo próprio estado e que precisam fazer parte da vida da população brasileira.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	26

Mas o que estamos vendo no Brasil? Primeiro, uma reforma trabalhista que eu digo que é o deus mercado. É como uma tragédia grega, em que o deus se enfurece e você entrega um corpo, entrega um direito, e vai entregando outro direito para aplacar o deus mercado. Se você olhar a grande imprensa, de ponta a ponta, eles estão falando sempre dos direitos do mercado. É preciso satisfazer o mercado, para que o Brasil continue existindo. Não tem povo! Este governo, o governo Bolsonaro, e antes disso o governo Temer, no seu raciocínio e no Brasil desses governos, o povo não está sendo considerado. Não tem povo. É o mercado. É o rentismo.

Metade do orçamento brasileiro está indo para pagar os serviços e os juros da dívida – a Maria Lúcia Fattorelli sabe muito bem – que nunca sofreu uma auditoria. Essa dívida deveria sofrer uma auditoria cidadã, para que soubéssemos realmente o que este país deve. Mais da metade, ou metade do orçamento vai para pagar os serviços e os juros da dívida. E aí se fala que é preciso tirar do trabalhador os direitos que foram assegurados com muita dor, para cobrir um déficit que não foi provocado pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras.

Agora pense no que Lula dizia. Durante o governo Lula, houve pleno emprego. No pleno emprego, você alimenta o sistema de previdência porque formaliza as relações de trabalho. O que nós estamos vendo hoje? Nós estamos vendo hoje o nível de desemprego e o nível de informalidade no mundo do trabalho, que vão fazer com que não haja suporte para existência das contribuições que passam pela contribuição do empregador e também pela contribuição do empregado.

Nós temos um nível de informalidade que cresce e tende a aumentar. Se depender da vontade deste governo, que está falando até em carteira verde e amarela – verde e amarela, eu nunca vi como se está vilipendiando tanto as cores da bandeira nacional –, dizendo que há uma carteira verde e amarela, nessa carteira não se vai assegurar qualquer tipo de direito.

O nível de informalidade cresce, o nível de contribuição para a Previdência diminui, e ao mesmo tempo se diz que há um déficit. Há um déficit. E aí, resolver o déficit da Previdência é fundamental, para que o mercado venha a investir no Brasil. Para atender o mercado. Atender o mercado.

Vejam, ontem eles aprovaram uma medida provisória – nós fizemos uma boa resistência na Câmara dos Deputados, mas eles conseguiram aprovar – que tira patrimônio do próprio INSS e joga, transfere para a União. São bilhões que vão para a União, e a União vai se utilizar desse imóvel. Vai poder vendê-lo sem licitação para quem ela quiser, e esses recursos vão para onde? Vão para o rentismo, que é quem domina o Brasil: os que vivem de renda. Como há uma financeirização da economia, e o setor que domina a economia é o setor financeiro, ou seja, é a financeirização da economia, você está apartado do mundo do trabalho. Então, há um desemprego estrutural.

Se eu vivo dos serviços da dívida, eu não tenho relação com o mundo do trabalho. Não se emprega. Rentismo não contribui para enfrentar o desemprego e

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	27

incorporar a população no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, se é o rentismo que está dominando, aqueles que vivem de renda e nada produzem, se não produzem não têm nenhuma preocupação com o mercado interno, porque não precisam vender na medida em que não produzem. Se não produzem, pouco importa também o insumo. Pouco importa o preço da energia, pouco importa o preço do petróleo, pouco importa a condição das estradas, porque não há que se escoar a própria produção.

O Brasil dominado pelo rentismo, pela financeirização, vai galopando, galopando. Eu não tenho dúvida, a capitalização é para estimular as instituições financeiras. No Chile, acho que seis ou sete instituições financeiras lidam com as poupanças que o trabalhador faz, e estão lucrando com a capitalização. Ao mesmo tempo, provocam um processo que está sendo revisto pelo próprio Chile. O Chile está revendo processos de aposentadoria frente ao caos social que se consolidou.

E aí, o que nós vamos ver? A idade mínima. Então, vamos estabelecer uma idade mínima. Idade mínima? Como disse o Sr. Rodrigo Maia? Rodrigo Maia disse que o trabalhador pode trabalhar até 75 anos, até 80 anos, com muita tranquilidade. A expectativa de vida do trabalhador homem brasileiro é pouco mais de 72 anos. O que se quer dizer com isso? Que ele não vai se aposentar. Cinquenta e três por cento dos municípios brasileiros têm expectativa de vida menor que 65 anos. Essas pessoas não vão se aposentar. A expectativa de vida é relacionada a uma série de variáveis: como você mora, se tem acesso à saúde, se tem sistema de segurança, se tem alimentação. É óbvio que a expectativa de vida vinculada a essas variáveis vai ser menor para a população de baixa renda.

Portanto, não me venham com essa história de quem é contra a reforma da Previdência é marajá. Os marajás não vão perder com a reforma da Previdência, porque podem contratar um plano de previdência privada para complementar suas aposentadorias. E eles começam a dizer que o servidor público é o grande inimigo. Grande inimigo! Primeiro, o serviço público, o regime do servidor público absorveu uma grande monta de trabalhadores e trabalhadoras que eram das fundações. Quem era da Fundação Educacional contribuía para o Regime Geral da Previdência, e de repente virou estatutário. Estatutário passou a ter aposentadoria bancada pelo regime de servidores, sem que tenha havido um aporte de recursos daquele período em que ele contribuiu como celetista.

Além disso, desde 2013, quem entra no serviço público está submetido ao teto do serviço público federal, está submetido ao teto do Regime Geral de Previdência, com exceção dos militares. Com exceção dos militares. Os únicos servidores públicos federais que não estão submetidos ao teto geral do Regime Geral de Previdência são os militares, que não contribuem, pelo que sei, para a própria previdência.

Então, a expectativa de vida não chega, em grande parte dos municípios, a 65 anos, e ela vai ser menor na população que tem menos condições e menos qualidade de vida. E você diz que essa é uma reforma que vai pegar marajá! De que marajá se está falando? De que marajá se está falando? E que o trabalhador pode chegar a trabalhar até 75, 80 anos.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	28

Já tivemos aqui a fala do representante da Contag. Ele pontuou: em grande parte dos municípios brasileiros, qual é a maior receita? A receita vem da Previdência, vem da Seguridade Social. Receita vem da Seguridade Social. É o que movimenta o município e faz com que ele possa estar assegurando o seu próprio desenvolvimento.

Por isso, encerro, Deputado Chico Vigilante, dizendo que nós vamos ter de nos colocar em movimento e resistir. Resistir, e não deixar se consolidar a narrativa do governo, que é uma narrativa cheia de mentiras. Penso eu que este governo sofre de uma psicopatologia grave. Ele tem mitomania, tem compulsão para mentir. Mente, mente, mente, mente, mente, mente, e está construindo uma narrativa que não pode se consolidar, dizendo que a reforma da Previdência é para favorecer o trabalhador de baixa renda. Não é! A reforma da Previdência é para favorecer o sistema financeiro, para favorecer os grupos que vão oferecer a previdência privada e vão lucrar com a previdência do povo brasileiro, em detrimento dos trabalhadores e das trabalhadoras e dos seus direitos.

Digo, para fechar, que estamos vivenciando um período fascista, um período fascista em que eles querem nos calar, silenciar as escolas, silenciar os corpos, fazer com que nos transformemos em marionetes, e abrir as riquezas deste País para o capital internacional e para o capital financeiro local.

Vamos disputar as narrativas, criar grandes redes e resistir, para dizer “não” à reforma da previdência, que retira o direito à aposentadoria. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado à companheira Deputada Federal Erika Kokay.

Quero, com muita satisfação, registrar a presença de um companheiro. Quando eu era Presidente da CUT, ele foi tesoureiro da Central Única dos Trabalhadores: Walter, do Sinttel. (Palmas.)

Registro as seguintes presenças: Antônio Sales Rocha, Diretor Financeiro do SINTRABE – Sindicato dos Trabalhadores, nas Indústrias, Transporte, Armazenamento, Distribuição, Vendas Internas e Externas, Exportação e Importação de Alcool, Bebidas e Derivados no Distrito Federal, e Municípios do Entorno; Patrícia Donato, Diretora Financeira do Sindetrans; Michelle Lane Santos da Costa, Técnica de Saúde Bucal do Distrito Federal; Adriano Ferreira, Dentista da Secretaria de Saúde; toda diretoria do STIU – Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal; Edgar Mendes, Diretor do STIU. (Palmas.)

Quero comunicar que, ao final – ainda vamos ouvir o companheiro Julimar; depois, a Dra. Arlete e há mais umas dez pessoas inscritas –, as meninas do gabinete prepararam um lanche simples, mas de excelente qualidade. Portanto, no final, vamos lanchar todos juntos para batermos mais um papo e traçar o que vamos fazer. Não queremos ficar só no debate. Esse debate tem o sentido de chamar a atenção da gravidade do momento em que estamos vivendo, mas também temos que nos preparar para ir à rua. Sem rua, não há como barrar a reforma.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	29

Registro as seguintes presenças: Delzair Amâncio, Diretora do Sinpro; Oto Pereira, Diretor Presidente do SINDSEP – Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Distrito Federal; Mercioni José da Silva, Diretor do Sinttel; Odonel Barbosa da Silva, Presidente da Associação União e Luta do PSul.

Concedo a palavra ao companheiro Julimar Roberto Oliveira Nonato.

SR. JULIMAR ROBERTO OLIVEIRA NONATO – Sr. Presidente, vou falar daqui. Não sei nem se vou falar os quinze minutos todo porque, como já foi dito, as maiores autoridades em relação à Previdência estão aqui nesta Mesa, em nível nacional. Vou fazer só minha parte mais política dentro da nossa humildade.

Quero parabenizar o companheiro Deputado Chico Vigilante por essa iniciativa para debatermos a Previdência. Não é só essa iniciativa, mas de várias outras tenho participado como expectador. Quero saudar todos os membros da Mesa em nome do nosso Deputado Chico Vigilante.

A Previdência Social, sem dúvida nenhuma, é o maior benefício social que existe no nosso País. Não podemos aceitar, em hipótese nenhuma, o que está tentando implementar: retirar a aposentadoria dos trabalhadores. Na verdade, é isso que vai acontecer.

Em 1988, a exemplo da França, Reino Unido e Alemanha, conforme foi dito aqui, o Brasil adotou a assistência social como um direito universal, com a participação tripartite, como já foi dito aqui. Na nossa avaliação, se todas as três partes cumprissem a sua obrigação... se existe déficit, se todo mundo tivesse cumprido, não existiria déficit sem dúvida nenhuma. Sabe por que, Deputado Chico Vigilante? Às vezes, a gente fica vendo que os trabalhadores pagam a previdência por muito tempo. Quando vão dar entrada no benefício, para surpresa, a empresa em que ele trabalhou há vinte anos já fechou, já não existe, e o empregador não fez os recolhimentos. Então, o cara fica impedido de se aposentar. Isso já acontece hoje, imaginem se entrar essa maldita reforma.

Entendemos o seguinte: que antes de se discutir qualquer tipo de reforma trabalhista, tinha-se que discutir um endurecimento na questão penal. Vejam o que acontece aqui: o dono da Havan, que apoiou o Bolsonaro, deve 50 bilhões para a Previdência e outros impostos, mas, porque apoiou o Bolsonaro, vai ser anistiado dessa dívida. Fala-se tanto em corrupção, o que é isso, então, se não é corrupção? Isso é dinheiro que deveria estar nos cofres públicos e não está. Tem que se discutir endurecimento. Tem que ser cadeia para quem pratica esse tipo de crime. Isso é crime! É crime contra a União como qualquer outro crime.

Temos que discutir isso. Tem que se fazer uma medida mais dura para quem faz isso. Falo isso para quem está deixando de contribuir. E tem que haver uma medida duríssima para quem faz pior ainda, como o falei anteriormente, aquele caso de quem desconta do trabalhador, apropria-se indevidamente do dinheiro do trabalhador e não faz o recolhimento. Se existe algum déficit na Previdência, ele está aí. O problema está aí.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	30

Não adianta essa história de jogar a culpa no trabalhador, de querer jogar a carga de qualquer problema que haja no trabalhador, no servidor público ou no trabalhador do campo. Nós não somos culpados desse problema, não. Não tenho nenhuma dúvida disso. O culpado disso são os sonegadores ou o governo, cuja participação não está da forma que deveria, porque, se fosse cumprido o que está na Constituição por todas as três partes, não existiria déficit, muito pelo contrário. Não tenho nenhuma dúvida, e isso e ficou muito bem demonstrado pela CPI da Previdência.

Eu acho que isso está muito claro. O primeiro ponto que teria que ser discutido seria haver o endurecimento, uma punição maior para os maus empregadores, que não estão cumprindo a sua obrigação, para depois a gente discutir um dos pontos. Quando digo depois, não estou dizendo implementar, não. Quer dizer começar a discutir a reforma da Previdência.

Outro ponto que tinha que se discutir e que anda, também, de mãos dadas com o anterior é a reforma tributária. Como eu vou discutir a Previdência se não vou discutir uma reforma tributária? Não dá! Esse argumento de que se utilizam, de que o País está quebrado, não cola. Por favor, gente!

Nós estamos no Brasil. A tributação aqui é altamente regressiva: quem ganha menos paga mais. Dizem que o imposto do Brasil é muito alto, mas o é para quem ganha menos. Para quem ganha muito é o menor do mundo se brincar. É o menor do mundo para os banqueiros e para os maiores empregadores, porque já é baixo quando eles pagam. Pelo que estou vendo, ninguém contribui, e o governo só vai anistiando. Anistia 50 bilhões não sei de quem, anistia mais 20 bilhões do dono da Riachuelo. Não. É isso que está acontecendo não só com a Previdência, mas com outros impostos. Na nossa avaliação, não dá para a gente discutir uma previdência sem antes discutir esses dois temas.

Hoje, existem duas formas de aposentadoria: por tempo de contribuição, em que a mulher contribuiu 30 anos e o homem 35 anos; e a por idade, para a mulher com 60 anos e o homem com 65 desde que tenham contribuído quinze anos. Existe ainda um fator previdenciário que ainda pode acontecer. E um avanço, a meu ver, houve no governo da nossa Presidenta Dilma, que minimizou o fator previdenciário. Foi a fórmula 85/95, que hoje é 86/96, pois há uma progressão. Isso minimizou um pouco, mas aí me vem o Ministro Paulo Guedes defendendo a capitalização conforme já foi dito aqui.

Uma dúvida que eu tenho, profunda, é que, se se implementar essa capitalização, como vai ser essa transição, Gabas? Dizem que não há dinheiro, e onde vão arrumar dinheiro para fazer essa transição? Porque vai ser um valor altíssimo, sem contar que o trabalhador não vai se aposentar, a exemplo do Chile, conforme já foi dito aqui. E a transição desse período? Porque hoje eu estou contribuindo e pagando para quem está aposentado. Aí, daqui a pouco, a pessoa vai pagar para poder se aposentar. E nesse período aqui no meio? Quem é que vai pagar para quem já está aposentado? Entendeu? Então, o governo vai ter que desembolsar, e não é pouco! E não é pouco. Há uma transição aí no meio que vai ser de um valor altíssimo. Se não

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	31

tem dinheiro, onde é que vão conseguir dinheiro para isso? Então, ele vem com essa história, ou a tal da idade mínima de 65 anos para homens e mulheres para poderem se aposentar integralmente e contribuir por quarenta anos.

Eu hoje dei uma olhada rápida numa pesquisa, PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego-SP, que diz o seguinte: lá, em São Paulo, em março de 2015, os trabalhadores trabalhavam 24 semanas para ficarem seis meses desempregados. Em 2018, 47 semanas, 10 meses desempregado. Ou seja, pessoas demitidas sem justa causa. Agora: em 2018, ou com acordo lá com o patrão, que prevê essa maldita reforma, são hoje 10 milhões e 800 mil pessoas lá em São Paulo, segundo dados do IBGE. Quatorze por cento não tinham três meses completos de trabalho quando foram demitidos; trinta e um por cento não tinham seis meses completos de trabalho; quarenta e nove por cento não tinham um ano de trabalho.

Ou seja, o cara trabalha um ano, fica dez meses procurando emprego. Eu fiz um cálculo ali e pensei: se eu trabalho um ano... Eu sou trabalhador do comércio, por isso eu penso nisso, é o local onde há a maior rotatividade. O cara entra, trabalha pouco tempo e é mandado embora. Para ele contribuir quarenta anos, nessa média aqui – eu, sendo bondoso –, ele vai se aposentar com 93 anos – integral. Ele, começando a trabalhar aos 20 anos de idade, para ele ter a aposentadoria integral, com essa rotatividade, com lapso, dentro de quarenta anos que ele vai ficar procurando emprego, ele vai se aposentar – no mínimo, sendo bondoso, com 93 anos. Entendeu?

Então, é uma loucura o que esses caras estão propondo! Quando nós estamos dizendo que ninguém vai conseguir se aposentar dentro do Regime Geral – e aqui eu falo do Regime Geral –, nós não estamos mentindo! É verdade! A pessoa não vai conseguir se aposentar! Não vai existir aposentadoria no Brasil! Não estou falando dentro da capitalização! Estou falando da proposta do Guedes – nem vou dizer do governo, porque a gente nem sabe o que é; um fala uma coisa, e outro fala outra coisa, outro desmente, outro mente, outro diz que não foi, que foi. Estão esperando o Bolsonaro sair do hospital para ele... Aí eu imagino o que vai ser isso daí, entendeu?

O Guedes, na minha avaliação, está criando um caos, essa história de 65 anos e tal. Aí me chega o Bolsonaro, nosso amigo Bozo, do hospital e diz assim – não, gente, é trazendo novidade; eu acho que 65 é muito duro, vamos liberar para 63! O que é uma merda também. Mas aí, conhecendo esse povo hipócrita, demagogo e dissimulado, e eles são – podemos dizer isso, eles são dissimulados –, eles estão fazendo todo esse teatro, sem dúvida nenhuma, para isso. Sessenta e três anos, sessenta e cinco... De todo jeito, o trabalhador está ferrado. Se vai contribuir por trinta e oito ou quarenta anos, isso não importa. Pelo jeito eles estão tentando manipular o povo brasileiro, para depois dizerem que foram bonzinhos e concederam isso.

Eu já ouvi falar outra coisa, outro absurdo. Chegam trazendo uma novidade, dizendo que a idade mínima da reforma vai levar em consideração as diferenças regionais. Ou seja, são cinco diferenças. No Sul vai ser uma, no Centro-Oeste uma, no Nordeste uma e no Norte outra. Já ouvi falar isso também. Já ouvi que o Bolsonaro

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	32

vai chegar trazendo isso daí. Como ele costuma dizer que no Piauí a expectativa de vida é até 69 anos, chega com essa conversa mole tentando engambelar as pessoas.

Até a situação de regionalizar é inviável. A expectativa de vida não muda só por região. Se pegarmos, como exemplo, São Paulo, vamos dizer que é a maior cidade do Brasil, mas, na periferia, a expectativa de vida é de até 57 anos. Lá no Morumbi, os caras vão até oitenta e cinco, noventa – é bem mais –, mas, na periferia... Então, isso não justifica! Não tem como! Se implementarem isso, um dos pontos é esse.

Na nossa avaliação, esse negócio de expectativa de vida, sabe Gabas... Esse cálculo está errado, entendeu? A expectativa de vida nada tem a ver com região, e, sim, com melhoras – certo? – nas condições de vida das pessoas, nas condições de vida das pessoas em modo geral. Nada tem a ver com história de região. Isso daí não vai... Isso daí é mais um jogo de cena desse pessoal. Nada tem a ver com isso. Tem a ver com a nossa condição de vida. Quando nós melhoramos a condição de vida, aí nós temos a possibilidade de uma expectativa de vida melhor. A gente não deve levar em consideração o tempo de nascimento para contar isso. Acho que é outra situação: tem que se levar o tempo que você trabalhou, como você viveu. Depois que você se aposenta, quanto tempo você ainda vai viver bem para poder falar em expectativa de vida. Então, não tem nada a ver com isso. Tem a ver com condições de trabalho, com motivo de doença, e não somente com data de nascimento.

Se considerarmos dessa forma... O Brasil é um dos países onde se vive menos após a aposentadoria. Após a aposentadoria, se nós formos considerar a perspectiva depois que da aposentadoria, o Brasil é o país onde se vive menos. Vive-se bem menos aqui no Brasil. Em alguns países vive-se bem após a aposentadoria por quinze, vinte anos. Aqui, no Brasil, vive-se em torno de cinco anos, de modo geral. Então, quando se fala em expectativa de vida, nós temos que fazer também outro tipo de avaliação.

A maldade dessa proposta – tanto faz a do Guedes, ou essa que vem se desenhando, a que o Bolsonaro vinha trazendo aí de bondade, com sessenta e cinco, sessenta e poucos anos, não vai mudar nada. Sem falar que é inconstitucional, porque nada pode tratar pessoas iguais de formas diferentes. Então, não justifica. Se o Bolsonaro vier com essa história de mudança por regiões, será mais um engodo deste governo.

O que a gente tem que ter em mente é o seguinte: não à reforma trabalhista, em nenhuma hipótese. Tem que ser mantida da forma que está. Temos que lutar para melhorar! Retroceder, nunca, porque o direito ele não se diminui, ele se amplia. O direito não se pode diminuir, ele tem que se ampliar.

Então, vamos à luta! A Central Única dos Trabalhadores vai trabalhar para nos mobilizarmos, porque nós vamos conseguir vencer isso só com mobilização. Dia 20 nós vamos fazer um ato. Vai haver uma concentração na Praça dos Aposentados, a partir das 16h. Vamos fazer um ato no dia 20 contra a reforma de Previdência.

Vamos trabalhar com a população. Segundo as pesquisas, somente 11% da população é a favor dessa proposta de reforma. O restante não é a favor, mas também

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	33

não estão partindo para a luta. Então, nós temos que ir até lá, convencer essas pessoas a lutar contra essa reforma e mostrar quem é este governo que está aí.

Então, um abraço a todos. Mais uma vez, obrigado pelo convite. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Quero registrar as seguintes presenças: Sr. João Cardoso, Presidente do Sindate; Sra. Glaici Mary Nunes, Técnica de Saúde Bucal; Sra. Sílvia Canabrava, Diretora do Sinpro; Sr. Francisco Rodrigues, o Chicão, que é do Sintfub e do Partido dos Trabalhadores de São Sebastião; Sr. Claudinei Pimentel, Diretor do SindPD-DF – Sindicato dos Empregados de Empresas de Processamento de Dados do Distrito Federal; Raimundo Luís, Presidente do Sindnações – Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Embaixadas, Consulados, Organismos Internacionais e Empregados que laboram para Estado Estrangeiro ou para Membros do Corpo Diplomático Estrangeiro no Brasil, o Sindnações é um sindicato onde briguei muito para que os trabalhadores tivessem direito de ter a carteira assinada, eu os chamava de “boias frias internacionais”; Maria Lúcia Fattorelli, já falei; Pedro Henrique, assistente do IESB – Instituto de Educação de Brasília; Clemilton Saraiva, Diretor do Sinttel-DF – Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal; Carlos Alberto da Silva Conceição, do Sindibombeiros-DF – Sindicato dos Bombeiros Civis do Distrito Federal. Queria registrar aqui também as pessoas que estão acompanhando esta comissão geral pela internet, um abraço para o Raimundo Oliveira, para a Bel Lima, para a Zilda Tolentino e para os milhares de outros que estão acompanhando-a também.

Concedo a palavra à companheira Arlete Sampaio, nossa Deputada Distrital, ex-Presidente do Sindicato dos Médicos e fundadora da CUT junto comigo. (Palmas.)

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Boa tarde a todos e todas, quero parabenizar o Deputado Chico Vigilante por essa iniciativa de estarmos aqui discutindo essa tão falada Reforma da Previdência. Quero cumprimentar a todos os integrantes da Mesa e dizer já, de antemão, que nós devemos marcar uma próxima comissão geral, uma audiência, um próximo debate, para discutirmos exatamente o texto que virá, que ainda não foi explicitado, a quantidade de maldades que eles vão colocar nesse texto da Reforma da Previdência.

As falas foram muito ricas, mas eu queria lembrar a conquista que foi, na nossa Constituição, assegurar a seguridade social, com previdência, saúde e assistência. Eu gostaria de lembrar que a Constituição também previa fontes de financiamento e essas fontes nunca foram exatamente cumpridas, porque parte dos recursos daquilo que seria fonte de financiamento da seguridade foram desviados para DRUs, etc e tal. Então, essa é uma coisa importante. A outra coisa importante de que não podemos esquecer é que, se nós recebêssemos o que deveriam dar à Previdência Social, que são quase 500 bilhões de reais, teríamos outra realidade, e ninguém fala disso. Passam o recado para a população de que a Reforma da Previdência é fundamental para garantir a saúde financeira do País. Saúde financeira... quer dizer, na verdade, é um processo crescente de privatização do Estado que eles estão fazendo, além do que se paga de juros e serviço da dívida. Essa é uma questão que a

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	34

Maria Lúcia vai falar melhor do que eu, mas, além disso, temos os crescentes e cada vez maiores benefícios que eles estão dando: vamos isentar o pagamento do Banco Itaú, vamos agora isentar a dívida dos ruralistas, de todo mundo, o Estado foi apropriado pelo chamado setor produtivo. Para eles tudo e para o povo a miséria.

Essa é a questão central que está em jogo, o significado dessa reforma já foi muito bem falado pelo Gabas, é exatamente isso. Uma questão para mim, que fui Secretária Executiva do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social – é ainda mais terrível: a maldade que eles vão fazer com o BPC, o Benefício de Prestação Continuada, que é pago às pessoas acima de 65 anos, cujas famílias ganham até um quarto do salário mínimo per capita ou então, na mesma condição, às pessoas com deficiência. Eles também vão aumentar a idade e vão dificultar o acesso. Essa é uma maldade pior ainda, porque essas pessoas são realmente aquelas que mais precisam... Então, isto já foi dito aqui também pelo companheiro da Contag: o que representa a aposentadoria e até mesmo o Bolsa Família para as pequenas cidades do interior do Brasil que não têm qualquer possibilidade de oferecer trabalho às pessoas. A única fonte de renda são esses benefícios que se revertem na possibilidade de movimentação mínima do capital daquela cidade. A padaria gera emprego, porque as pessoas podem comprar o pão; a mercearia gera emprego, porque se pode comprar os produtos. Sem isso, para tudo.

Realmente nós vivemos um momento extremamente duro e o que resta a nós, trabalhadores, é justamente a nossa luta, a nossa organização e a possibilidade, nesse momento, de usar essa questão para esclarecer as pessoas, para derrubar esta falsa narrativa que eles, a todo tempo, constroem: é necessária a reforma da Previdência para a saúde financeira do País, porque quebraram o Brasil e, agora, temos de recuperá-lo. Na verdade, nós temos que explicar às pessoas qual é o verdadeiro objetivo dos Chicago Boys que estão lá com o Guedes fazendo essa maldade com o povo brasileiro.

Deputado Chico Vigilante, quero parabenizar V.Exa. e dizer que já temos de marcar a próxima audiência, assim que o texto sair.

Quero dizer aos sindicatos e a todas as forças políticas aqui presentes que temos de começar, de fato, a nos mobilizar contra essa reforma, sobretudo temos de tentar chegar perto de cada Deputado, de cada Senador, para impedir que S.Exas. votem a favor dessa coisa absurda.

Eles são tão caras de pau que o Presidente Bolsonaro chegou a dizer que havia um milhão de empregos, mil empregos - sei lá quantos mil empregos - para distribuir, para viabilizar a vitória da reforma da Previdência. É uma cara de pau! Perderam a vergonha completamente.

Então, só nos resta muita luta para tentar barrar mais esse absurdo. É um momento importante também, apesar de tudo o que sofremos com isso, mas aproveito esta oportunidade para tentar mostrar às pessoas a natureza desse governo que aí está.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	35

Era isso o que queria dizer.

Quero fazer um convite, particularmente às mulheres: no dia 7 de março, vamos fazer também uma audiência pública como esta para debater a violência contra as mulheres no Distrito Federal. Chega de feminicídio e nós temos que dizer isso também com toda força.

Um abraço a todos e todas! (Palmas)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, companheira Deputada Arlete Sampaio.

Passo a palavra, com muita satisfação, ao companheiro Ricardo Berzoini.

SR. RICARDO BERZOINI – Deputado Chico Vigilante, na verdade, como muitos já falaram e alguns assuntos já foram repetidos, inclusive, eu procurar dividir a minha fala em duas etapas e não vou usar o tempo todo, não.

Primeiro, quero passar a todos alguns números e algumas informações que são de conhecimento público, mas de que precisamos para poder organizar o nosso debate com a população sobre essa questão da Previdência, sob pena de um discurso genérico ser ineficaz do ponto de vista do entendimento das pessoas sobre isso.

Quando se fala de Previdência, está-se falando de muita coisa. Muita gente fala sobre Previdência abordando só o regime geral; outros tocam nas questões específicas dos servidores, dos militares e dos civis; outros ainda focam muito na questão dos rurais. Mas a Previdência que foi desenhada na Constituição de 1988 atende a um conjunto enorme de trabalhadores com realidades socioeconômicas muito diferentes. Portanto, nós temos que organizar esse debate para fazer um discurso que, de fato, atinja o conjunto da população. É claro que o regime geral é o que mais tem relevância de proteção social, mas todos os regimes são importantes do ponto de vista dessa construção.

Nós temos a Previdência dos Servidores Civis e Militares da União, dos Estados e dos Municípios. No caso dos municípios, uma parte deles tem regime próprio e outra não. Eles são vinculados ao INSS.

A Previdência do regime geral também tem uma série de subdivisões. Nós temos uma parte da Previdência urbana, que é voltada para os trabalhadores incluídos, para os trabalhadores que têm certa facilidade de permanecer no mercado de trabalho por 35 anos, ou por 30 anos no caso das mulheres. Mas há uma outra parcela que se aposenta por idade, que já se aposenta por idade hoje. São os trabalhadores, normalmente, de baixa capacidade de inclusão no mercado formal. São trabalhadores que se aposentam com 15, 16, 17, 20 anos de contribuição e, por idade, 65 anos o homem e 60 anos a mulher. Nós temos ainda esse imenso contingente de trabalhadores rurais da ativa e os 9,4 milhões de rurais que recebem aposentadoria ou pensão do INSS. Então vejam só a quantidade e a diversidade.

Temos, no caso da União, a Previdência dos militares, que alguns generais dizem que não é Previdência, mas um sistema de proteção social. Ora, o que é

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	36

Previdência Social senão um sistema de proteção social? Até no conceito eles se confundem e mostram alienação em relação à realidade social do Brasil.

Os militares são um sistema muito diferenciado. A justificativa que eles dão para essa diferenciação é a carreira militar. É verdade, a carreira militar tem suas peculiaridades, mas não justifica que seja o mais desequilibrado de todos os subsistemas; ou seja, se alguma coisa precisa de reforma em termos de Previdência Social, é a Previdência dos militares. E não é no sentido de ser contra militar. Eu, por exemplo, sou filho de militar. Conheci bem a realidade, que é bem diferenciada também dentro do próprio Exército, da Marinha e da Aeronáutica, mas não faz sentido um major ir para a reserva remunerada com 46 ou 47 anos de idade, quando ele poderia até sair do encarreiramento militar, mas prestar um serviço civil até alcançar uma idade adequada, compatível com a dos servidores civis.

Então existem muitas contradições que não vão aparecer no debate público, porque a tendência do governo, evidentemente, é misturar tudo e confundir a opinião pública. Mas, ainda em relação aos números, porque acho que muita gente talvez não conheça, e eu gosto muito de trabalhar com os números para a gente poder ter uma visão macro do processo... hoje, quando a gente fala de Previdência Social, quase todo mundo, inclusive as lideranças sindicais e partidárias, fala sobre aposentadoria. A Deputada Federal Erika Kokay já falou aqui, com muita propriedade, que Previdência não é só aposentadoria.

Por exemplo, hoje o INSS, que é o regime geral, pagou em dezembro de 2018 35 milhões de benefícios. Vejam bem: 35 milhões. Dá mais ou menos alguma coisa próxima a 20% da população adulta brasileira. São 30 milhões de benefícios previdenciários e acidentários. São 29 milhões de benefícios previdenciários. São 20 milhões de aposentadorias; ou seja, do bolo de 35, só 20 milhões são aposentados. São 10 milhões de aposentados por idade, 3 milhões e 300 aposentados por invalidez, 6 milhões e 200 por tempo de contribuição. Vejam só, 10.8 por idade; 3.3 por invalidez; 6.3 por tempo de contribuição. São 7 milhões e 700 mil pensões por mortes, são 804 mil benefícios de acidente de trabalho. Hoje há 804 mil pessoas no Brasil recebendo um benefício ou pensão por morte ou aposentadoria ou auxílio-doença profissional ou auxílio-acidente também vinculado ao trabalho de benefícios acidentários. E há 4 milhões e 700 do chamado benefício de prestação continuada, que não é previdência, é assistência, mas quem opera é o INSS. Ou seja, está no bolo aqui da contabilidade de benefícios, mas não está no orçamento da Previdência – está no orçamento da seguridade social.

São números magníficos que têm um papel social brutal neste País. Imaginar o Brasil com uma Previdência que reduza a cobertura significa ampliar a desigualdade e a miséria. Nós vamos aumentar e muito a miséria, especialmente em relação aos rurais, mas também em relação aos pobres urbanos, que são atendidos ou pelo assistencial ou pelo previdenciário de baixa renda.

A Previdência – a do INSS só, não tem nada a ver com o servidor público, nem com o militar, nem com os servidores públicos dos estados e municípios – arrecadou

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	37

no ano passado, no setor urbano, 386 bilhões, e no setor rural 10 bilhões. Teve uma despesa de 468 bilhões no setor urbano e 125 bilhões no setor rural. Teve uma renúncia tributária de 39 bilhões no setor urbano e 7 bilhões no setor rural. São muitos números, não é? Acho que não dá para memorizá-los. Nós vamos disponibilizar todos esses números no *site* do mandato do Deputado Chico Vigilante para podermos trabalhar em cima disso, do ponto de vista didático, com a população.

Por que é importante citar todos esses números? Porque evidentemente o ataque que se faz é um ataque geral, um ataque geral que, do ponto de vista do discurso e da retórica, até agora, está incluindo inclusive os militares. Só que está dizendo o seguinte: primeiro vai a proposta para os civis, os servidores públicos e os trabalhadores do setor privado, depois a gente manda a dos militares, porque é lei ordinária, não precisa mexer na Constituição Federal.

Bom, a gente conhece essa história! Primeiro faz isso, depois não chega, depois muda a conjuntura, depois tem uma crise, depois tem problemas. Bom, primeiro, nós precisamos ter isso claro. A intenção de mexer no sistema de proteção social dos militares, talvez, não seja uma intenção, provavelmente não é uma intenção, de fato, de fazer algo relevante. Faz-se alguma coisa para maquiagem, para não dizer que não mexeu na Previdência dos Militares.

Eu quero dizer: é necessário mexer! E nada contra os profissionais da Defesa. Eu encaro o Exército, a Marinha e a Aeronáutica como profissionais da Defesa, cidadãos brasileiros tanto quanto nós. Agora, não tem como aceitar um discurso corporativista, que é profundamente antissocial hoje, o discurso corporativista de diferenciar completamente a Previdência dos militares da dos civis.

Por fim, eu queria dizer o seguinte: nós vivemos uma situação em que a disputa ideológica, via meios de comunicação, está muito desfavorável. Eu diria que uma parte grande de pessoas, hoje, acredita que a Previdência está quebrada. E nós sabemos que a Constituição de 1988 definiu um conceito previdenciário que não tem qualquer relevância em relação a déficit ou a superávit. Ou seja, nós temos um problema hoje de financiamento do Estado brasileiro, por conta da relação com a dívida com o sistema financeiro e por conta, fundamentalmente, de um sistema tributário que não tributa quem deve ser tributado. Por exemplo, a chamada distribuição de juros sobre capital próprio, que o Gaba já citou aqui, retira da base da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que é da seguridade, milhões de reais. E, simultaneamente, a parte do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica que compõe o Fundo de Participação dos Municípios e o Fundo de Participação dos Estados é subvertida também porque, ao invés de pagar 34% do IRPJ, se paga apenas 15% do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Física da distribuição de juros sobre capital próprio. E os dividendos são isentos. Ou seja, surpreende que governadores e prefeitos não tenham feito nem em nosso governo, nem no Governo Temer – o governo do golpe – nem no Governo Bolsonaro qualquer movimento – eu já falei para vários governadores isso –, qualquer movimento no sentido de que é preciso, imediatamente, revogar as duas mudanças que o Fernando Henrique fez na Lei do IRPJ e do IRPJ, que é permitir

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	38

a distribuição de juros sobre capital próprio e, segundo, isentar os dividendos da pessoa física. Só com essas duas mudanças creio que dá mais de 120 bilhões de reais de arrecadação adicional que seriam repartidos entre União, Estados e Municípios.

E quem vai pagar isso? A família Setubal do Itaú, os acionistas do Bradesco, os acionistas privados do Banco do Brasil, da Petrobrás, porque a imensa maioria são pessoas ricas que vivem de renda, que não vivem do trabalho.

Você pode até, eventualmente, fazer uma isenção para pequenos dividendos. Mas tributar os dividendos é fundamental. E tributar as grandes heranças, da mesma forma como é feito nos Estados Unidos da América, ou na França, ou na Alemanha, ou seja, tributações relevantes para as grandes heranças. Pessoas que transmitem bilhões de dólares, centena de bilhões de dólares para os seus descendentes têm que ter uma tributação específica, que seja voltada para financiar a seguridade social.

Eu não estou falando para colocar no bolo tributário. Vamos financiar a seguridade social também com as grandes heranças. É uma forma de reduzir a propagação da riqueza intergeracional e, ao mesmo tempo, drenar recursos para os mais pobres, os mais necessitados.

Então, essas são as minhas colocações. Eu creio que o debate hoje foi um debate até agora excelente. Mas a grande pergunta que nós teremos que nos fazer é: como organizar o movimento sindical, o movimento popular, o movimento do campo, para impedir que eles consumam essa manipulação da opinião pública de dizer que a previdência está quebrada. A Previdência Social brasileira não é nem deficitária, nem superavitária, a seguridade não é nem deficitária, nem superavitária. Nós temos a obrigação de lutar para que o orçamento geral da União contemple os recursos suficientes para pagar os direitos do povo brasileiro, e aquilo que for necessário ajustar, vamos ajustar. Vamos ajustar levando em conta uma concepção de distribuição de renda e a busca da igualdade social, que é um princípio constitucional.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado, Ricardo. Até agora estamos com 2.484 pessoas no Facebook. Algumas estão assistindo, outras viram, mas é importante o alcance.

Registro a presença da Nilza Cristina Santos, diretora do Sinpro, do Brígido Ramos, Presidente do Sinttel, Luciano Matos, diretor do Sinpro, Diego Santa Cruz, diretor do Sindicom.

Concedo a palavra a nossa querida amiga, Maria Lúcia Fattorelli. Você tem dez minutos.

SRA. MARIA LÚCIA FATTORELLI – Boa tarde a todos e a todas os presentes e internautas, parabênizo o Deputado Chico Vigilante por essa iniciativa, agradeço ao Deputado Fábio Felix, que me trouxe até aqui, cumprimento todos os palestrantes que já deram conta do debate. Eu creio que todos que estão assistindo já compreenderam

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	39

a importância da seguridade social para o Brasil, para a sociedade brasileira. O que significa Seguridade Social.

O que está por trás dessa contrarreforma? Porque nós não podemos nem chamar isso de reforma. Reforma a gente faz para melhorar as coisas, para aprimorar. Isso é uma contrarreforma, é uma destruição. O que está por trás disso também já foi abordado aqui: são os interesses do mercado financeiro. Cada vez que o governo fala que a Previdência está quebrada, as estatísticas mostram, vocês podem consultar o crescimento dos planos de previdência privada que não dão garantia alguma, que recebem as contribuições, e o benefício vai depender do mercado.

O sistema de capitalização que está sendo colocado nessa contrarreforma nem pode ser considerado como previdência. Previdência, se vocês olharem no dicionário, é sinônimo de segurança. O que faz o sistema de capitalização? Recebe as contribuições dos trabalhadores e trabalhadoras e aplica no mercado de risco. A coisa não tem nem lógica semântica, Deputado Chico Vigilante. Não tem nem lógica semântica jogar a previdência, a segurança dos trabalhadores e trabalhadoras, em aplicações de risco. Isso que é capitalização. Não tem a menor lógica. Não tem garantia alguma de benefício futuro. Pode, simplesmente, quebrar, como quebrou no Chile, e quebrou aqui no Brasil também. Quantas instituições que ofereciam capitalização quebraram, desapareceram? Não tem a menor lógica esse sistema de capitalização. E nós temos que ficar atentos para não aceitar, não embarcar de chamar isso de modelo de previdência, porque não é previdência. É um modelo de aplicação financeira de risco. Não tem nada a ver com previdência e não tem nem benefício definido. Não tem garantia alguma para a classe trabalhadora.

A outra contribuição que eu queria deixar aqui é que, naquela minuta de contrarreforma que foi divulgada no dia 4 de fevereiro, inclusive publicada na respeitada Revista Conjur, está lá despistado como um inciso do artigo 249 daquela minuta o modelo da chamada securitização de créditos públicos. Isso é uma coisa de que praticamente ninguém está falando. O que está por trás disso? O desvio do fluxo da arrecadação tributária. Imaginem o mercado financeiro se apoderar – quer se apoderar – diretamente do produto da arrecadação tributária, e parte dessa arrecadação sequer alcançará o orçamento público. Nos meus quase quarenta anos trabalhando com auditoria na minha vida, nunca vi nada tão indecente! (Palmas.)

É um sistema que já está operando em alguns entes federados do Brasil, já está operando em São Paulo, através da empresa CPSEC – Companhia Paulista de Securitização S.A.; opera em Minas Gerais através da MGI Investimentos – Minas Gerais Participações S.A.; opera no município de Belo Horizonte, através da PBH Ativos S.A.; e aqui no Distrito Federal já foi criada a DF Gestão de Ativos S.A. – alguém já ouviu falar dessa empresa? Já foi criada, ainda não está operando, mas já foi criada. E esse dispositivo que está despistado lá na minuta que foi divulgada fala da cessão de direitos sobre créditos tributários e não tributários. Sabe que cessão é essa? É a entrega do fluxo da arrecadação.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	40

Então, eu venho, Deputado Chico Vigilante, deixar esse alerta, porque, se, na proposta oficial apresentada, vier esse esquema, nós temos que estar atentos, pois essa contrarreforma está mexendo com todo mundo: está mexendo com urbanos e rurais, ativos e aposentados, do setor público e do setor privado, está mexendo com todo mundo para depois o governo dar uma aliviada na reforma e colocar como moeda de troca a securitização, que ninguém está entendendo o que é, mas posso resumir em uma frase: é um modelo parecidíssimo com o que quebrou a Europa. E o esquema foi usado para salvar banco lá. A Grécia foi só vitrine, todos os países europeus hoje estão comprometidos com garantias dadas a esse esquema. É muito semelhante. Se fez o que fez com a Europa, imaginem o que é capaz de fazer aqui no Brasil, funciona como ratos roendo os orçamentos públicos em todos os níveis – federal, estadual, distrital e municipal. Então, venho deixar esse alerta.

E por último, aproveitando os três minutinhos que me restam, eu quero dizer que o rombo das contas públicas no Brasil não está nem nunca esteve na Previdência nem no regime próprio nem no regime geral, o rombo das contas públicas no Brasil está na chamada dívida pública. Por que eu digo “chamada”? Porque nas auditorias feitas por nós, auditorias cidadãs, porque auditoria oficial, integral nunca aconteceu neste País, apesar de a auditoria estar prevista na Constituição. Na auditoria cidadã que nós temos feito, já identificamos vários mecanismos, mecanismos financeiros que geram dívida pública para pagarmos, mas o recurso vaza para o sistema financeiro. Eu vou dar um exemplo do mecanismo mais infame que tem no Brasil. Um trilhão, duzentos e cinquenta bilhões da nossa dívida, quase 20% da nossa dívida, está nessa operação, é uma operação feita pelo Banco Central. Sabem para quê? Para remunerar sobra de caixa dos bancos. Hoje sobra nos caixas dos bancos um trilhão, duzentos e cinquenta bilhões de reais. Por que que sobra? Qualquer um de vocês, se quiser abrir uma indústria, vai ao banco, ele vai te cobrar 10% ao mês que dará 214% ao ano. A maioria desiste. Então sobra muito dinheiro no caixa dos bancos.

O Banco Central aceita essa sobra de caixa e entrega título da dívida pública para os bancos. À medida em que o banco detém esses títulos, eles recebem remuneração diária. Essa remuneração diária consumiu quatrocentos e quarenta e nove bilhões de reais nos últimos 4 anos. Eu estou falando só de um dos mecanismos, e vocês imaginem, além de gerar dívida, além de consumir quase meio trilhão de reais em 4 anos para remunerar, o que vocês acham o que aconteceria hoje, se o Banco Central parasse de fazer essa gracinha aos bancos e deixasse, assim, um trilhão e duzentos e cinquenta no caixa dos bancos? Os bancos iriam querer ficar com esse dinheiro parado, minha gente? Eles iriam querer o quê? Empréstar. Mas, para empréstar, eles teriam que fazer o quê? Baixar os juros. O que aconteceria com a economia brasileira irrigada com um trilhão e duzentos e cinquenta bilhões a juros baixos? Acabaria a crise.

Essa crise que nós estamos vivendo foi fabricada pela política monetária do Banco Central, gerando escassez de moeda no mercado, empurrando os juros para esses patamares indecentes que são praticados no Brasil e que amarram a indústria,

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	41

amarram o comércio, amarram a vida das famílias que precisam buscar créditos para adquirir suas casas, para financiar a educação dos seus filhos e tudo mais. Enquanto o mundo inteiro pratica juros próximos de zero, incentiva a atividade produtiva, o Brasil está aí com esse rentismo indecente.

Então, quando eu falo do sistema da dívida, eu estou falando desses mecanismos que geram dívidas como essa operação de um trilhão e duzentos e cinquenta, chamada operação compromissada realizada pelo Banco Central; como os contratos de aposta de variação do dólar, chamado de Swap Cambial, olhem o nome que eles colocam. Isso nada mais é do que um contrato que garante a variação do dólar. De 2014 para 2015, duzentos e sete bilhões de reais de resultado negativo. Emitem títulos além do necessário. Em 2015, quando estavam produzindo a crise, emitiram 480 bilhões de títulos a mais do que o necessário.

Então, são esses 4 exemplos que estou dando aqui: em 2015, operação compromissada aproximou de 1 trilhão; prejuízo com Swap Cambial 207 bilhões; emissão de 450 bilhões reais além do necessário em títulos e, mais, taxa de juros, a básica, o Banco Central colocou em 14,25. A básica! Quando a inflação já estava controlada e o mundo inteiro estava praticando taxas próximas de zero negativa. Pronto, assim produziram a crise.

Não tivemos nenhuma praga, nas tivemos quebra de safra, não tivemos quebra do setor financeiro. Nada. Essa crise foi produzida pela política monetária. Aí, com a crise produzida, quais as medidas? PEC do teto, golpe, tira a presidente, golpe da PEC, congela tudo. Mas a dívida ficou fora do teto.

Todo mundo que está aqui sabia disso? A dívida ficou fora do teto? Não? Pronto, já valeu a pena o que eu falei aqui. A dívida ficou fora do teto! A PEC do teto foi para isso, foi para congelar tudo para deixar mais para a chamada dívida e tudo mais.

Então, a contribuição que eu queria deixar era essa. Eu vou falar para vocês, todos os dirigentes sindicais que estão aqui, todos os líderes políticos que estão aqui, intelectuais, que se nós ficarmos só na defensiva, reclamando dos nossos direitos como vítimas, vamos acabar uns contra os outros, chamando uns aos outros de privilegiados, quando não há nenhum privilegiado. O servidor público está sendo chamado de privilegiado porque concordou com um contrato unilateral colocado pelo governo e passou no concurso, agora ele é privilegiado?

Então, olha, se nós ficarmos na defensiva e no papel de vítima, seremos derrotados. Temos que partir para o ataque. E, para partir para o ataque, nós temos que identificar o nosso inimigo (Palmas.). O inimigo de todos nós é um só: o mercado financeiro. É um só que não se contenta em ter a metade do orçamento federal todo ano, parte grande dos orçamentos estaduais, distrital e municipais, todo o recurso das privatizações que vai para o sistema financeiro, todo o benefício desses mecanismos que eu mencionei aqui vão para o mercado financeiro. Tudo sigiloso, mas tudo vai para o mercado financeiro.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	42

Então, se nós não partirmos para o ataque, se nós não nos apoderarmos desse conhecimento, e aqui está o papel da auditoria cidadã... Todo o nosso trabalho é público. Nossa tarefa tem sido popularizar essa discussão, esse conhecimento sobre a realidade financeira do Brasil, um país riquíssimo, a 9ª economia mundial, éramos para estar em outro patamar de desenvolvimento socioeconômico.

O nosso trabalho está à disposição. Convido todos a acessar a [auditoriacidade.org.br](http://auditoriacidade.org.br), amanhã é a reunião do nosso conselho político às 9h da manhã, no Edifício OAB no Setor de Autarquias Sul para quem quiser ir. Edifício OAB, Auditoria Cidadã, 1º andar, estão todos convidados.

Muito grata. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado à Maria Lúcia Fattorelli, pela importante contribuição que ela trouxe na tarde de hoje. E tem um detalhe interessante, a fala dela aumentou bastante a nossa audiência. Já alcançamos 3.600 pessoas. (Palmas.)

Bom, gente, o porta-voz do capiroto anunciou a reforma deles. Saiu. O Secretário da Previdência foi conversar com o capiroto e saiu lá de dentro da caverna dele dizendo que a idade mínima para homens vai ser de 65 anos e para mulheres, 62. Já é oficial, é o que eles vão propor. Depois a gente vai destrinchar o resto. Portanto, acho que nos próximos 15 dias nós vamos estar provocando outra audiência como essa, e a Maria Lúcia Fattorelli já fica convidada para integrar a mesa principal na próxima. (Palmas.)

Vamos agora às pessoas que se inscreveram.

Concedo a palavra ao Sr. Fábio Medeiros, Presidente do Sindatran. (Pausa.)  
Cadê o Fábio? Saiu.

Concedo a palavra ao Jeizon Allen Silvério Lopes, Presidente do Sindical. (Pausa.)

Nós agora vamos conceder cinco minutos para cada para a gente terminar a tempo e fazer um lanchinho. Peço que ninguém saia porque a gente está caminhando para o final. Daqui a pouquinho a gente termina e está muito bom o debate.

SR. JEIZON SILVÉRIO – Bem, muito boa tarde a todos. Cumprimento a todos os presentes da Mesa e da plateia na pessoa do Deputado Chico Vigilante.

Mais eventos como este, com certeza, vão acontecer nos próximos tempos e acredito que depois de a proposta ser formalizada, as pessoas vão começar a ver a concretude delas. O que acontece com questões previdenciárias, questões econômicas, essas questões que são muito abstratas às vezes? Enquanto a pessoa não olha lá a tabela e não vê... Olha, em vez de aposentar ano que vem, eu vou aposentar daqui a 10 anos, daqui a 08 anos... Enquanto a pessoa não percebe isso de forma concreta, ela não se enxerga naquilo, parece apenas mais uma notícia de jornal, mais um hecatombe, mais uma tragédia. Como nós estamos habituados a ver tragédias, desespero, miséria, na televisão, nos grandes meios, e também nas redes sociais,

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	43

infelizmente, o que acontece é que as pessoas veem essa proposta de reforma da Previdência como algo etéreo, como algo que não se aplica imediatamente à sua vida e à vida de sua família e de sua comunidade. Então, tenho convicção de que, a partir do momento em que isso se concretizar e as pessoas começarem a fazer contas, essa mobilização, que ainda é insipiente, que ainda é pequena, vai aumentar muitíssimo.

Eu, como presidente do Sindical, que é o sindicato que representa os servidores aqui da Câmara Legislativa e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, tenho uma fala muito breve porque já me sinto contemplado pela participação de todos que aqui estão e estiveram. Mas eu gostaria de fazer um convite, não só a nossa base que aqui se encontra, obviamente, trabalhadores da Câmara Legislativa, mas a todos os dirigentes sindicais. A nossa *TV Sindical* já fez entrevista com alguns dirigentes sindicais, e qual é o objetivo, qual é a estratégia de comunicação que a gente estabeleceu? De nós, junto às nossas bases, em primeiro lugar, multiplicarmos esses discursos de resistência à nova Previdência... Porque agora existe um eufemismo, não é mais reforma da Previdência, é nova Previdência. Eles não vão mais utilizar a expressão de reforma porque ela já foi derrotada no passado; então, eles estão tentando, por meio dos seus marqueteiros, colocar uma nova roupagem para o mesmo problema e para a mesma desgraça.

Portanto, o que peço a todos, especialmente aos dirigentes sindicais que aqui se encontram, é que nós comecemos a utilizar, de forma ainda mais massiva, os recursos, os mecanismos de comunicação, especialmente em redes sociais, para multiplicar os nossos discursos de resistência a essa reforma da Previdência. Como foi muito bem-dito aqui, é uma reforma que atende a interesses bastante específicos, os interesses dos muito ricos.

Eu tenho uma contribuição também a dar aqui. Diferentemente do que o Deputado Chico Vigilante disse, porque tenho um entendimento levemente diferente, não acho que o senhor Paulo Guedes seja porta-voz do capiroto; acho que o capiroto que é o porta-voz do Paulo Guedes. Acho que ele, como sempre foram os militares, na ditadura civil militar, e na história do Brasil... Os militares foram bucha de canhão e foram bonecos de ventríloquo. O senhor Bolsonaro é uma pessoa absolutamente despreparada do ponto de vista político, do ponto de vista intelectual, do ponto de vista de vivência. Ele não tem porta-voz, ele é o porta-voz tosco e grosseiro da hegemonia, especialmente da hegemonia financeira nacional e internacional.

É isso, basicamente é com isso que eu gostaria de contribuir. Vou conseguir, pela primeira vez na minha vida, aqui em uma audiência pública, fazer uma contribuição antes do término do tempo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Concedo a palavra à Sra. Presidente do SindServiços, Izabel Caetano.

Em seguida, o Sr. Jeová Pereira, Diretor do Stiu.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	44

SRA. IZABEL CAETANO – Bom, eu vou falar aqui da categoria, que vai dizer que só sei falar isso, que é dos terceirizados. Se a terceirização fosse coisa boa, não tinha passado no Congresso nem no Senado. Quando se fala na reforma da Previdência, o que os terceirizados vivem? Há muito tempo, quando veio esse menor preço, dentro da Câmara Federal e do Senado, as empresas quebram, porque agora é pelo computador, não é presencial. E é a empresa que dá o menor preço. Eu já tenho os estados decorados: Santa Catarina, Bahia, Belo Horizonte, Goiânia, e meia dúzia mais que só vêm para quebrar. E aí, com a reforma da Previdência, como é que esses trabalhadores vão conseguir aposentar?

E agora, o que está acontecendo: estão diminuindo os trabalhadores. Antes de vir para cá, recebi uma ligação de uma empresa que tem 148 trabalhadores. Vão ficar quarenta trabalhadores. Eu pergunto: será que vai diminuir o serviço? Esses trabalhadores que estão ficando desempregados, em quanto tempo eles vão voltar ao mercado de trabalho? Deputado Chico Vigilante, eu quero pedir a todos que estão na Mesa para dizerem como vamos fazer essas manifestações. Por quê? Na época em que estavam sendo feitas, muita gente não estava lá e não ficou sabendo. Houve trabalhadores do sem-terra que foram machucados no ato e que estavam no Hospital de Base. Eu acho que a gente tem que rever isso.

Depois que acabou o ato, esses coitados desses trabalhadores ficaram sozinhos no Hospital de Base. Eles tinham um companheiro que foi machucado e estava na UTI. Estava muito calor e eles com aquela roupinha... Estavam se tremendo! Não tinham nem o que comer. Eu fui ver como estava a situação. Graças a Deus, eu ainda tinha uns trocadinhos para dar a eles para comprar um lanche. Então, tudo isso a gente tem que repensar. Porque agitar o povo para ir para a rua e na hora que... Porque vai ser quebra-pau, ser quebra-pau. Cada um tem seus afazeres, mas esse plenário estava lotado. Se contar aqui, tem cinquenta pessoas. Então, a gente tem que ter responsabilidade, na minha avaliação, porque nós não estamos brincando com gente. A gente está brincando com pessoas que querem exterminar o sindicalismo. Quando chegam a nos chamar de vagabundos... Porque quem está aqui não viu... Eu ouvi. Eu acho que tem que fazer uma reflexão e contar também por que ele diz que ia acabar com o Ministério Público e tribunal? Ele está ganhando tempo. Por quê? A que os trabalhadores vão se apegar? Não vai ter tribunal, a empresa pode tirar nossos direitos e vai ficar por isso mesmo. Empresas que não pagam os nossos direitos, do terceirizado... Uma trabalhadora terceirizada pode trabalhar num lugar insalubre. Se o filho nasce com necessidades especiais, tinha direito de receber uma ajuda da Previdência. Se eu não entendi mal, hoje não vai ter ou então vai diminuir, vai dar uma esmola. Se precisar usar fralda o resto da vida, não vai dar nem para comprar as fraldas.

Então, eu acho que tem que se rever até a maneira de nós fazermos manifestação. Todo mundo viu PM quebrando vidraça e dizendo que éramos nós os baderneiros. Então, a gente tem que ver essas coisas, porque agora vai ser bala de

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	45

canhão. É bala de canhão. E uma pessoa igual a mim, você não vai ter nem o trabalho de gastar para sepultar, porque vai sumir lá mesmo. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Vamos ouvir agora o Jeová Pereira, Diretor do Stiu/DF. Nossa audiência melhorou mais um pouco. São 4.694.

Com a palavra o Sr. Jeová Pereira de Oliveira.

SR. JEOVÁ PEREIRA DE OLIVEIRA – Boa noite a todos e a todas. Obrigado, Deputado Chico Vigilante, pelo convite. São sempre importantes essas oportunidades para a gente falar um pouco sobre essas questões previdenciárias. Eu li nesta semana, ontem e hoje, um texto de uma entrevista do Toninho, Antônio Queiroz, do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, em que ele dá uma entrevista na Agência Sindical e faz uma análise da proposta, porque ela vazou. Então, ele está fazendo uma análise daquilo que foi vazado. Não sei se vai haver uma coincidência geral com o que está sendo apresentado, mas o que o Toninho analisa é que há uma mudança que não é possível ser aceita.

Acho que, depois de tudo o que foi dito em termos técnicos e históricos, será uma desonra ao povo brasileiro, a nós trabalhadores permitir que seja feita uma reforma da Previdência, uma tomada de direitos do povo brasileiro da forma como está sendo implementada, ou seja, da forma como está sendo dito que vai ser feita.

Eu queria chamar a atenção para isto: quando se muda uma legislação, a gente tem que ter muito cuidado com as palavras que são colocadas. Há um item na proposta da reforma que muda o conceito de invalidez para incapacidade. Depois, vocês olhem no dicionário o que quer dizer incapacidade e o que quer dizer invalidez. Por mais que algumas pessoas até achem a palavra incapacidade mais bonita, ela é, inclusive no contexto previdenciário, pejorativa ao trabalhador – ao contrário da palavra invalidez.

Eu queria chamar a atenção para algo que só vi uma vez num seminário a que fui em São Paulo, em 2003. Ali foi produzido um livro chamado *Como Incluir os Excluídos*. Eu estava nesse seminário e lá eu assisti a uma apresentação de um professor de Campinas que trouxe uma tabela da idade e do tempo do benefício, ou seja, da cessação de benefício pela idade. Eu ainda tenho essa tabela, só que ela está muito desatualizada. Ela era totalmente o inverso – viu, senhores? – do que diz a tabela do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Vocês já viram algum previdenciarista, algum estudioso ou o governo mostrar um gráfico com a tabela dizendo qual é a idade das pessoas na cessação do benefício? Não mostram. Sabem por quê? Até foi dito aqui – eu não sei se isso é correto, mas assim foi dito pelo companheiro – que a média de tempo de recebimento do benefício é de cinco anos. Essa média de tempo de recebimento de benefício não é dita a nós, não é mostrada em nenhum gráfico.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	46

Não é explicitado aos trabalhadores que o benefício está sendo pago por vinte, cinco ou dez anos e que as pessoas estão morrendo. O benefício está cessando com 60, 65, 50 ou 70 anos. Só se diz que as pessoas estão vivendo mais, que estão vivendo até 83 anos.

A proposta que já foi vazada diz que são 65 acrescidos a partir de 2024 e, depois, acrescidos de novo em 2029. Então, é uma ilusão achar que está sendo dita para nós a verdade: que vai ser 65. Não será. A idade é progressiva e igualmente fizeram com o fator previdenciário. Então, a gente tem que ter muito cuidado para ler isso aqui.

Para finalizar, eu acho que nós temos que ter uma disposição que ainda não tivemos. As pessoas se acostumaram, no nosso País, a transformar algo que a gente conhecia como mentira em mito. Aquilo que antes era mentira, que a gente conhecia como mentira, foi transformado em mito. As pessoas hoje acreditam na mentira como mito.

Para finalizar, quero parabenizar – eu acompanho o seu trabalho na Internet, já vi palestras, já li algumas coisas sobre o seu trabalho – a Fattorelli. A gente tem brasileiros capacitados. Nós temos brasileiros com condições, com conhecimento suficiente para debater de igual para igual com qualquer cidadão do mundo. Nós temos isso. Dirigentes sindicais têm, nossos técnicos dos ministérios, dos Parlamentos, todos têm condições. Nós temos Parlamentares capacitados. Infelizmente a mídia tem feito a população acreditar e transformar as mentiras em mito. A luta é grande, mas a gente vai estar junto e vai vencer.

Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado, Jeová. Convido o Tarcísio Faria, diretor do SindEnfermeiro. Onde está o Tarcísio? (Pausa.)

Por último, o Oton Pereira, Presidente do Sindsep. Concedo a palavra, por 5 minutos, ao Sr. Oton Pereira.

Depois passaremos às considerações finais da Mesa e, em seguida, encerraremos.

SR. OTON PEREIRA – Boa noite a todos. Primeiramente quero parabenizar, mais uma vez, o Deputado Chico Vigilante. Não sei como ele consegue tanta energia e todos os debatedores. Certamente não vou usar os 5 minutos. O pessoal já está cansado.

Está muito claro para a gente que o centro da disputa política hoje é a reforma da previdência social. Na minha avaliação, pelo que foi dito aqui, a previdência é o maior programa social que nós temos e realmente é. Então, isso é o centro hoje.

O que esse governo faz, eu discordo de alguns, com muita competência, é fazer algumas trapalhadas para desviar nossa atenção. Enquanto eles ficam falando em “despetizar” o governo, a mulher fala do pé de goiaba e fala que o homem tem

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	47

que ficar de azul, a mulher de rosa, quando o ministro do Meio Ambiente fala que não conhece Chico Mendes, tudo isso é doloroso para nós, mas é secundário. Isso está desviando nossa atenção. Cada vez que eles falam isso, meu Zap, meus grupos enchem de pessoas atacando. Enquanto isso, o principal está passando, que é a bendita da retirada da nossa previdência social.

Eu acho que nós, esquerda, caímos de pé nas eleições. Eu acho que um dos fatores que nos ajudou nisso foi a gente não ter permitido que o Temer fizesse a reforma da previdência. Não quero aqui ensinar missa para o vigário. Nada disso, mas nós sindicalistas temos que focar nessa questão.

Dia 20 vai ter uma atividade central da CUT. Todas as centrais de São Paulo, dia 20. Cada estado vai ter a sua. Em Brasília será dia 20, às 16 horas, na praça do aposentado. É fundamental a presença de todo mundo. Podemos deixar várias questões de lado. Lá vamos cuidar exclusivamente de tentar o contato com a população, que será a mais prejudicada, os trabalhadores que vão estar na rodoviária. Então, essa concentração, às 16 horas, e a panfletagem na rodoviária são fundamentais para a gente, de alguma forma, alertar que ainda é tempo.

Eu, sinceramente, não estou preocupado muito se é 62 anos ou 65 anos. Eu não estou muito preocupado com isso. Qualquer coisa que vier é ruim. Nesse momento é impossível você pensar em estudar qualquer proposta de alteração. Nós temos é que combater e derrotar.

Então, eu vim aqui para falar primeiro do dia 20. Já foi falado, mas é bom reforçar. Não adianta, enfim, é importante ter todas as informações, mas a gente precisa agir e trazer o povo para cá. E a outra é procurarmos – acho que deveria ter um comitê formado pela CUT, pelos sindicatos – os oito Deputados Federais de Brasília, com duas ou três perguntas claras, para eles responderem, e a gente faz um vídeo. Porque eles têm medo.

Olha, pessoal, na proposta do Temer, a gente estava perdendo de sete a um. Só a Erika estava contra a reforma do Temer. O Deputado Fraga, eu fiz um boletim do Sindsep e botei os sete que eram a favor da reforma do Temer. A Erika era contrária. O Fraga pegou esse boletim do sindicato e gastou o mesmo tempo do Bolsonaro no discurso dele lá em Davos. Fraga gastou sete minutos para falar do boletim: isso aqui, a gente vai acabar com isso. Vai acabar com o imposto sindical, os sindicatos não existem mais. Gastou sete minutos para falar mal da gente. É mentira, eu não declarei se eu sou contra ou a favor da reforma da Previdência. Aquilo nos animou a procurar os outros sete, inclusive o Fraga. Gravamos vídeo com eles.

Vocês acreditam que só três não declararam que eram contrários à reforma da Previdência? Eles falaram que não iam dar depoimento. Um deles foi o Fraga, os outros foram Izalci Lucas e Ronaldo Fonseca. Evidentemente, desse pessoal aqui, só votou a Erika. Enfim, temos que partir para a ação: dia 20, na Praça dos Aposentados no Conic. Ir à Rodoviária e fazer um comitê para a gente procurar os oito Deputados de Brasília.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	48

Muito obrigado. Eu tenho fé na classe trabalhadora.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, companheiro Oton.

Nós já alcançamos 5.580 pessoas. Temos alguns comentários interessantes. Josenildo Silva: “vamos libertar o Lula, porque é a única saída”. Eliana: “Lula livre”. Josimário: “vamos fechar as ruas”. Genivaldo está cobrando aqui, está dizendo: “o cara prometeu porte de armas, e cadê?” Sr. Genivaldo, além de você não ter porte de armas, ainda vai ficar sem comer.

Pessoal, nós combinamos com os companheiros da Mesa que vamos conceder um minuto para as considerações finais. Vou pedir ao companheiro para ler uma carta que foi aprovada no Congresso, uma carta aberta, que é muito interessante.

SR. DÉCIO BRUNO LOPES – Esta carta foi apresentada ontem na Câmara dos Deputados, é uma carta de diversas entidades, mais de cem entidades que participam da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social. Comunico ainda que no dia 20 de março, no Auditório Nereu Ramos, será feito o relançamento oficial da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social. Os senhores e as senhoras estão convidados.

A carta diz assim:

“As entidades abaixo signatárias, integrantes da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, tendo em vista a divulgação de minuta de texto preliminar da Reforma da Previdência, referendada como um estudo por diversas fontes, vêm a público externar o seguinte: preocupa que possa haver, uma vez mais, proposta concebida unilateralmente, sem ouvir a sociedade civil organizada, a trazer sensíveis prejuízos no âmbito do serviço público e da iniciativa privada.

A proposta em circulação tende a transformar a Previdência Social em produto de mercado, isentando o Estado do dever de preservar a dignidade de aposentadorias e pensões. Mais, ao alterar a base de cálculo dos benefícios, reduz significativamente o valor das aposentadorias. Outrossim, na esteira do que fazia a PEC nº 287/2016, elimina o caráter público das fundações de previdência complementar dos servidores públicos e faculta que os respectivos fundos sejam integralmente geridos por entidades abertas, mediante simples licitação, o que significa privatizar fundos, gestão e meios, sem garantias para o servidor, inclusive para aqueles que, tendo ingressado no serviço público antes de 2004, optaram por migrar para o regime de previdência pública complementar, confiando nas balizas predispostas pela PEC nº 41/2003.

Ainda para os servidores públicos, a minuta não prevê regras de transição aos que ingressaram antes de 2004, exigindo 65 anos de idade para acesso ao benefício integral para homens e mulheres. Impõe, ademais, perda de até 50% no valor da aposentadoria, assim como passa a exigir 40 anos de contribuição de todos os servidores ingressos depois de 2003, e 40 anos de contribuição para todos os

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	49

trabalhadores do Regime Geral da Previdência Social – RGPS, caso queiram se aposentar com o benefício integral.

Além disso – e não menos relevante –, depreende-se que será completamente extinto, para o futuro, o sistema de repartição, suprimindo-se contribuições de governos e empresas para a constituição dos fundos de aposentadorias em eventual regime de capitalização. A despeito dos riscos e das mazelas próprias do regime de capitalização, a inexistência de financiamento patronal é a senha para aposentadorias e pensões ruinosas a médio e longo prazos, como também o seria a desvinculação do Benefício de Prestação Continuada – BPC do salário mínimo.

Pelas razões expostas, os signatários manifestam-se contrariamente ao texto em tela, ao tempo em que se colocam mais uma vez à disposição para o diálogo franco, técnico e responsável, como requer a democracia, a fim de que se encontre uma alternativa justa e sustentável para o atual Sistema de Seguridade Social.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019”.

Mais de 100 entidades participam da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social Pública, estão todas listadas nessa carta e nós temos alguns exemplares para distribuir aos senhores.

Aproveitando as considerações finais, gostaria de agradecer a participação e parabenizar esse ambiente de debate, Deputado, porque se a gente não debater, se a gente não ligar as antenas e não arregaçar as mangas, não se chega a lugar nenhum. Vamos ficar parados no tempo e no espaço sem que o Estado nos proteja.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Concedo a palavra ao Sr. Assessor Jurídico da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, José Morello, para as considerações finais.

SR. JOSÉ MORELLO – Bem objetivamente, mais uma vez eu gostaria de parabenizar pelo evento e também reforçar a importância de promovermos esses eventos com mais intensidade, ampliando esse debate, inclusive embasados em dados e números, porque essa é uma frente fundamental. Temos que fazer o embasamento no discurso político e técnico.

Outros seminários já estão marcados para este mês com vários outros setores, inclusive os rurais estão participando, a Contag está participando. Temos que montar uma estratégia unificada de ação. Eu acho que esse é o ponto crucial para não fazermos muitas ações fragmentadas, porque isso só fragiliza todas as organizações e movimentos sociais.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Pessoal, nós já somos 5.800 no Facebook. Monica da Costa diz: “É uma vergonha essa suposta nova Previdência”. Francisco Flores afirma, e eu concordo com ele: “As ruas têm poder”. Também aqui no Facebook: “Dia 23 de fevereiro tem Bloco Lula Livre, no Canteiro Central, a partir das 17 horas, iniciativa da Disparada”.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	50

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Berzoini, para as considerações finais.

SR. RICARDO BERZOINI – Só gostaria de dizer que nós temos que organizar rapidamente uma forma bastante ágil para acionar o movimento. Nós temos um problema grave hoje, eu dizia isso na última sexta-feira: a autoconfiança do próprio movimento sindical, das próprias direções sindicais, que muitas vezes não estão muito, digamos, confiantes da sua própria capacidade de mobilizar. Nós temos que insistir.

Nós passamos por momentos muito difíceis de mobilização no Governo Collor, no Governo Fernando Henrique Cardoso, passamos por um momento difícil no Governo Temer; agora é a hora de dizer se nós temos capacidade para organizar e mobilizar as nossas bases ou não, chamando os trabalhadores da ativa, os aposentados e os movimentos sociais de luta pela terra, pela educação, pela saúde, por todos os direitos sociais, porque se eles conseguirem derrubar os princípios fundamentais da seguridade social, eles poderão avançar sobre todos os demais direitos, inclusive sobre os direitos humanos da nossa população. Obrigado.

Parabéns, Deputado Chico Vigilante!

Um abraço! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Passo a palavra ao Sr. Julimar, para suas considerações finais.

SR. JULIMAR ROBERTO OLIVEIRA NONATO – Eu também acho que é isso. Vou na mesma linha. Para nós conseguirmos sair vitoriosos nesse embate, precisamos ir para rua. Temos que organizar os trabalhadores.

Eu sei que passamos por um momento conjuntural difícil de mobilização de todos os sindicatos, mas não podemos baixar a guarda nunca. Temos que insistir e demonstrar para o povo, para toda a população o quão ruim é essa reforma, o quanto isso vai prejudicar todos os brasileiros e brasileiras.

É isto: vamos nos mobilizar. Vamos passar para a nossa categoria o que temos aprendido nesses últimos debates que tivemos. Vamos passar isso para os trabalhadores e convencê-los. Vamos partir para a luta.

Conforme eu falei, onze por cento só da população brasileira nas pesquisas apoiam essa reforma, entendeu? Ou seja, a maioria esmagadora da população é contra, só que nós não estamos conseguindo trazê-la para rua para manifestar essa opinião. Temos que conseguir fazer isso.

No mais, quero parabenizar V.Exa., Deputado Chico Vigilante, pelo importante debate. Vamos firme aí! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Passo a palavra ao companheiro Gabas, para suas considerações finais.

SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Muito bem, Deputado Chico Vigilante.

Quero só agradecer a iniciativa do meu querido companheiro e Deputado.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	51

Quero dizer o seguinte, gente: é importante a manifestação na rede social? Claro que é. É importante nos grupos de WhatsApp? Claro que é. Mas a gente não pode simplesmente ficar no sofá de casa ou na escrivaninha enviando mensagens, achando que isso vai resolver e barrar a reforma. Ou a gente mobiliza as categorias...

Aqui, neste ato, no dia de hoje, em que tivemos e temos a presença de pessoas que têm dedicado a vida a uma previdência justa, a uma previdência solidária que protege, nós, no Distrito Federal, não conseguimos – desculpem-me a franqueza – encher o plenário, encher este auditório.

Como vai ser a nossa militância lá na categoria? Temos que convencer as pessoas. Ou nos mobilizamos ou eles vão nos atropelar, vão aprovar uma reforma que destrói a Previdência Social no Brasil e as consequências serão graves não só para nós, mas também para as gerações futuras. Então, temos que ir para a luta, para a rua e mobilizar as pessoas contra essa reforma.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Tenho a satisfação de passar a palavra ao Dr. Grijalbo, que é um desembargador engajado nas questões das lutas sociais.

Algo que me marcou, Dr. Grijalbo, foi quando a atual Presidente do Tribunal o chamou para fazer o discurso da posse dela. O senhor disse: “Eu posso fazer mesmo?” Porque o seu discurso, certamente, desagradou muita gente, mas eu estava lá e aplaudi de pé.

Com a palavra o Dr. Grijalbo.

SR. GRIJALBO FERNANDES COUTINHO – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante, pelo convite e mais uma vez pela oportunidade.

Tanto na Câmara Legislativa quanto fora dela, o Deputado Chico Vigilante me convida para falar em diversos eventos desde 1999, início de 2000. Portanto, são quase vinte anos de encontros nos mais diversos locais. Faz muito tempo já!

Eu queria só fazer um esclarecimento nesta parte final. Eu falei aqui também em nome da Associação de Juízes para a Democracia – AJD, que é uma associação de juízes que tem uma natureza não corporativa, que tem discutido grandes questões, inclusive o atual momento político, com uma visão profundamente crítica. Então, eu a represento também, embora eu seja filiado há pouco mais de um ano, mas tenho um cargo que posso falar em nome da associação.

Aqui falei em nome da Associação de Juízes para a Democracia – AJD. Convido todos vocês, na *internet*, a ir à página conhecer um pouco mais dela, que se posiciona sobre as grandes questões nacionais sem caráter corporativo.

Depois, eu quero dizer da minha felicidade, na verdade, Deputado Chico Vigilante, em ouvir tanta gente com autoridade para falar sobre o assunto, todos os que estão aqui na Mesa. Eu sou apenas um curioso que tentei aprender algo.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	52

Por último, quero dizer da imensa satisfação, não menos importante, de que pessoas, sindicalistas que têm um papel importantíssimo neste momento tenham comparecido em peso, mas que devem mobilizar, como já foi dito aqui, as suas bases, para que a gente, de uma vez por todas, possa nas ruas derrotar essa proposta de emenda à Constituição.

Muito obrigado. Boa noite. Até a próxima.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Dr. Grijalbo.

Eu quero também agradecer às 6.134 pessoas que acompanharam aqui por meio do Facebook e dizer que foi muito importante, do meu ponto de vista, essa nossa sessão de hoje – ver dirigentes sindicais e trabalhadores da base aqui mobilizados no sentido de compreender este momento que estamos vivendo para poder enfrentá-lo, porque a gente só consegue enfrentar alguma coisa se a gente a conhecer.

Também já anunciei que a *Rádio Sinttel* estava transmitindo, que é muito importante. Está ali o Edvaldo, que é o homem dos... A *TV Web da Câmara* transmitiu a sessão, deve ter tido um alcance grande. O meu Facebook transmitiu.

Inclusive, eu quero aproveitar e pedir para vocês me acompanharem no Facebook. Entrem lá. Não basta curtir, tem que acompanhar. Sempre há matéria. Nós vamos escrever e colocar constantemente essas coisas.

E, nos próximos dias, nós vamos convocar uma nova sessão para debatermos já em cima do projeto oficial.

Pretendo criar uma Frente Parlamentar aqui na Câmara também em defesa da Previdência.

Estou vendo ali o Moisés e a Tiana, que são diretores do Sindicato dos Vigilantes. Enfim, quero agradecer à diretoria toda que esteve aqui.

Quero dizer que este é o momento... Eu venho, como dizem, de muito tempo, não é, Brígido? Como dizia o velho Brizola, a gente vem de longe. Nós já enfrentamos momentos extremamente difíceis também, e, de repente, quando a gente achava que estava tudo perdido, que foi quando o Sarney implementou o Plano Cruzado 2, nós nos levantamos a partir de Brasília. E naquele tempo não havia WhatsApp, não havia nada. O único instrumento que a gente tinha, por incrível que pareça, era o boca de ferro, que era o som do Sinttel, que foi a nossa grande ferramenta para aquela manifestação que depois criminosamente apelidaram de badernaço. Não houve badernaço nenhum ali. Houve mobilização e a ditadura tentou tumultuar aquilo.

Portanto, eu estou muito feliz com o dia de hoje, uma tarde inteira em um debate rico, de extremo conhecimento. Acho muito importante isso.

Quero agradecer ao pessoal do meu gabinete e ao Cerimonial da Câmara, que ajudaram na organização. Agradecer a todas e todos que compareceram. Quero dizer que o nosso mandato... Quando eu fui conversar com os sindicalistas – estive no Sinttel, no Sindiserviços e em todos os sindicatos –, eu dizia: "O meu mandato vai

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   02   2019	15h	6ª Sessão Ordinária	53

continuar sendo um instrumento de luta dos trabalhadores”. Eu não quero mandato para sair por aí exibindo que sou Deputado. Eu quero que este mandato sirva para momentos como este. A partir de momentos como este que eu creio que a gente está colaborando efetivamente para a organização e para a libertação dos trabalhadores. (Palmas.)

Eu sou do interior do Maranhão e lá há um ditado que eu sempre uso que diz que o que é bom passa rápido, e o que é ruim demora, mas também passa. Portanto, nós temos que estar preparados para não permitir que o capiroto fique por mais de quatro anos e, quem sabe, conseguir tirar antes, dada a destruição que eles estão fazendo. Caras que não têm limite, dizem que são defensores da família, entretanto é só verificar como a família é constituída. Por exemplo, eu estou casado com a mesma mulher há 37 anos. Aí eles são defensores da família? Ah! Não vem com essa piada para cima de mim, não. (Palmas.)

Tanto o Ricardo, como o Gabas, o Dr. Grijalbo – quero até fazer um registro aqui de um companheiro que estaria aqui também, que para mim é um grande Desembargador do Trabalho, uma pessoa extraordinária, um socialista – e assume que é socialista! –, o Dr. Mário Caron. Infelizmente, ele não pôde estar aqui hoje. Em virtude das angústias que todos nós estamos vivendo, a gente tem que ter muito cuidado com o velho coração. E o Dr. Mário Caron infelizmente teve que fazer uma pequena cirurgia para colocar um marca-passo. Mas não tenham dúvidas de que ele já está quase pronto para a luta. Nos próximos dias, ele estará aqui com a gente, porque é um Desembargador de luta, junto com o Dr. Grijalbo. O Dr. Grijalbo está me relatando aqui que o Dr. Caron é o líder do Dr. Grijalbo – eu diria líder de todos nós, porque ele é uma pessoa extraordinária. É realmente um humanista.

Eu quero agradecer a todos e a todas. Agradecendo a presença de todos os Parlamentares e dos convidados que compareceram a esta sessão, declaro que esta Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando todos os Deputados para a sessão deliberativa na terça-feira, aqui neste plenário.

Convido a todos e a todas para um momento de lazer, um lanchinho preparado com muito carinho para todos nós. Obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente comissão geral.

(Levanta-se a sessão às 18h51min.)